UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA

INSTITUTO DE PSICOLOGIA

COLEGIADO DE ENSINO DE GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL

AMANDA VANESSA LEITE SOUSA

A INFLUÊNCIA DA EDUCAÇÃO POPULAR NO SERVIÇO SOCIAL BRASILEIRO

Salvador
2023

AMANDA VANESSA LEITE SOUSA

A INFLUÊNCIA DA EDUCAÇÃO POPULAR NO SERVIÇO SOCIAL BRASILEIRO

Trabalho de Conclusão de Curso de graduação em Serviço Social, Instituto de Psicologia, Universidade Federal da Bahia, como requisito para a obtenção do grau de Bacharel em Serviço Social.

Orientadora: Profa. Dra. Adriana Freire Pereira Férriz

Salvador
2023

“Se os homens são os produtores desta realidade e se esta, na ‘invasão da práxis’, se volta sobre eles e os condiciona, transformar a realidade opressora é tarefa histórica, é tarefa dos homens”.

Paulo Freire

AGRADECIMENTOS

Agradeço ao bom Deus por ter me guiado até aqui de forma tão providente e generosa.

Agradeço aos meus pais pelo incentivo e apoio incondicional. Obrigada por acreditarem em mim e nos meus sonhos, mesmo que para realizá-los precisasse alçar voos longos e distantes. Sou muito sortuda em tê-los na minha vida!

Agradeço à minha amada irmã Samara por ser o meu porto seguro ao longo desses anos de existência. Você é a minha “parêa”, é a fonte da minha coragem! Você aplainou os caminhos para que eu pudesse correr. Obrigada!

Agradeço ao meu namorado Gabriel por suavizar os meus dias e trazer tranquilidade e conforto nessa reta final da graduação. Obrigada pelo olhar atento e cuidadoso, meu bem!

Agradeço à minha amiga Simone pela amizade genuína e pela torcida e incentivo ao logo desses anos de graduação. Obrigada pela escuta acolhedora em momentos de aflição! Você é especial em um nível incomensurável!

Agradeço à minha amada professora, orientadora e mentora Adriana Férriz. Você segurou a minha mão desde o meu primeiro semestre e me proporcionou conhecer e permanecer na Universidade. Jamais conseguirei retribuir tamanha generosidade da sua parte! Agradeço pela oportunidade de poder aprender e trabalhar contigo durante esse período de graduação! Você é a minha maior referência no Serviço Social e na Educação!

Agradeço à banca, composta pela Assistente Social e professora Aline Machado e pelo Assistente Social Francisco Ribeiro que prontamente aceitaram o convite para avaliar este trabalho de conclusão de curso.

SOUSA, Amanda Vanessa Leite. **A influência da educação popular no Serviço Social brasileiro**. 64 f. Trabalho de Conclusão de Curso. Serviço Social. Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2023.

RESUMO

O Trabalho de Conclusão de Curso consiste na análise da influência da Educação Popular no Serviço Social brasileiro a partir dos anais das três últimas edições do Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais (CBAS), promovendo também o resgate da história das estratégias de articulação da profissão com a Educação Popular. Foi possível apreender sobre o processo de renovação para a profissão, articulada com as bases emancipatórias do movimento pedagógico e político da Educação Popular, sistematizada por Paulo Freire no Brasil, trazendo também à baila articulações recentes da categoria com o movimento pedagógico em questão em prol de uma prática profissional crítica e libertadora. O referido trabalho teve como justificativa o fortalecimento dos estudos sobre a influência da Educação Popular no Serviço Social brasileiro mediante promoção de discussão e reflexão entorno da presença da Educação Popular nos artigos publicados nas três últimas edições CBAS. Os objetivos norteadores abordaram as diferentes concepções/abordagens da Educação Popular presentes nas produções selecionadas, as bases teóricas que fundamentaram o material analisado e as contribuições da Educação Popular para o Serviço Social brasileiro. Para atingir os objetivos centrais da pesquisa em questão, a metodologia utilizou dados qualitativos, adotando procedimentos de análise de conteúdo. Os dados em questão foram coletados através de mapeamento realizado pela plataforma *online* do CBAS. Dezoito artigos foram separados e analisados, apresentando proximidade com o tema deste trabalho, compreendendo as edições de 2016, 2019 e 2022. Foi possível perceber que as produções analisadas concebem a Educação Popular numa perspectiva crítica na direção de processos emancipatórios. No que se refere à relação com o Serviço Social, destaca-se que a Educação Popular surge como um instrumento metodológico que se aproxima dos preceitos defendidos pelo Serviço Social e contribui para uma atuação que vai na direção da efetivação do Projeto Ético Político profissional, junto aos movimentos sociais e à classe trabalhadora. Apesar da relevância da temática aqui abordada, foi possível observar a incidência tímida desta discussão no âmago da categoria profissional.

Palavras-chave: Serviço Social; Educação Popular; Movimento de Renovação.

ABSTRACT

The Course Completion Work consists of analyzing the influence of Popular Education in Brazilian Social Work based on the annals of the last three editions of the Brazilian Congress of Social Workers (CBAS), also promoting the rescue of the history of the profession's articulation strategies with the Popular Education. It was possible to learn about the renewal process for the profession, articulated with the emancipatory bases of the pedagogical and political movement of Popular Education, systematized by Paulo Freire in Brazil, also bringing up recent articulations of the category with the pedagogical movement in question in favor of a critical and liberating professional practice. This work was justified by the strengthening of studies on the influence of Popular Education in Brazilian Social Work by promoting discussion and reflection around the presence of Popular Education in the articles published in the last three CBAS editions. The guiding objectives addressed the different conceptions/approaches of Popular Education present in the selected productions, the theoretical bases that underlie the analyzed material and the contributions of Popular Education to Brazilian Social Work. To achieve the central objectives of the research in question, the methodology used qualitative data, adopting content analysis procedures. The data in question were collected through mapping carried out by the CBAS online platform. Eighteen articles were separated and analyzed, showing proximity to the theme of this work, comprising the 2016, 2019 and 2022 editions. It was possible to perceive that the analyzed productions conceive Popular Education in a critical perspective in the direction of emancipatory processes. With regard to the relationship with Social Work, it is noteworthy that Popular Education emerges as a methodological instrument that approaches the precepts defended by Social Work and contributes to an action that goes towards the effectiveness of the professional Ethical Political Project, together with social movements and the working class. Despite the relevance of the topic addressed here, it was possible to observe the timid incidence of this discussion within the professional category.

Keywords: Social Work; Popular Education; Renewal Movement.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO 08

2 EDUCAÇÃO POPULAR E SERVIÇO SOCIAL..... 11
2.1 CONCEITOS E TRAJETÓRIA DA EDUCAÇÃO POPULAR NO BRASIL **..... 12**
2.2 A RELAÇÃO ENTRE EDUCAÇÃO POPULAR E SERVIÇO SOCIAL AO LONGO DA HISTÓRIA **..... 15**
2.3 A INFLUÊNCIA DA EDUCAÇÃO POPULAR NO MOVIMENTO DE RENOVAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL **..... 21**
2.4 CONGRESSO BRASILEIRO DE ASSISTENTES SOCIAIS E A EDUCAÇÃO POPULAR**..... 25**

3 A INFLUÊNCIA DA EDUCAÇÃO POPULAR NO SERVIÇO SOCIAL BRASILEIRO 31

3.1 PERCURSOS METODOLÓGICOS DA PESQUISA**..... 31**

3.2 CATEGORIZAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS**..... 33**

3.3 A PERSPECTIVA DE EDUCAÇÃO POPULAR E A RELAÇÃO COM O SERVIÇO SOCIAL A PARTIR DOS ANAIS DO CBAS **.....40**

3.3.1 Diferentes concepções/abordagens da Educação Popular presentes nas produções do Serviço Social brasileiro**..... 40**

3.3.2 Bases teóricas que fundamentam as produções sobre Educação Popular no Serviço Social brasileiro**..... 43**

3.3.3 Contribuições da Educação Popular para o Serviço Social brasileiro **..... 49**

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS..... 57

REFERÊNCIAS 59

APÊNDICE 64

1 INTRODUÇÃO

Inicialmente assinalo que a temática deste trabalho de conclusão de curso - a influência da Educação Popular no Serviço Social brasileiro - surgiu a partir da inserção da autora em espaços de debates voltados para a área da política de educação. Aqui elenco o Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Serviço Social na Área da Educação (GEPESSE)[1], a Comissão de Educação do Conselho Regional de Serviço Social – Bahia, e minha experiência como bolsista no Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC)[2].

O Serviço Social e a Educação Popular me interpelam enquanto estudante, principalmente agora enquanto tema de pesquisa. Foi no âmago desses espaços de discussões e trocas que o debate sobre o Serviço Social e a Educação Popular se mostrou um caminho possível aos meus olhos. Dessa maneira, objetivou-se fortalecer a reflexão sobre as estratégias didáticas possíveis no diálogo crítico entre as massas trabalhadoras e o Serviço Social enquanto profissão, em um movimento dialético de troca dos saberes, fortalecendo o debate e possibilitando vislumbrar com mais clareza essa articulação potencializadora.

Assim, teve-se como objetivo geral analisar a influência da Educação Popular no Serviço Social brasileiro através dos anais dos três últimos Congressos Brasileiros de Assistentes Sociais (CBAS - XV, XVI e XVII) e como objetivos específicos abordar a relação entre Educação Popular e o Serviço Social brasileiro ao longo da história, analisando também a perspectiva de Educação Popular e a relação com o Serviço Social presente nos anais das três últimas edições do congresso, além de discutir sobre as diferentes concepções/abordagens da Educação Popular presentes nas produções selecionadas, observando, ainda, as suas contribuições para a profissão.

---

[1] O Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Serviço Social na área da educação atualmente é coordenado pela professora Dra. Adriana Férriz (IPS/UFBA). Estou vinculada ao mesmo como colaboradora desde 2019.

[2] Título do projeto de iniciação científica: “Tendências do trabalho de assistentes sociais na educação básica pública na região Nordeste do Brasil” – Programa 2022/2023, orientado pela professora Doutora Adriana Férriz.

Ao analisar a influência da Educação Popular no Serviço Social brasileiro através dos artigos coletados, foi possível identificar um total de dezoito trabalhos publicados, seis na XV edição (2016), quatro na XII (2019), e por fim, oito artigos na XVII edição. Observou-se uma estimativa baixa de publicações com essa temática específica diante de um universo de 4.826 (quatro mil oitocentos e vinte e seis) trabalhos que compuseram os anais do congresso em questão.

Além das produções encontradas, cinco artigos foram identificados e separados como os mais relevantes para sustentar o embasamento teórico da pesquisa em questão, são eles: “Serviço social e educação popular: enlace para uma potente disputa por uma orientação profissional crítica” (Jessica Oliveira Monteiro, 2019); “Paulo Freire e a educação popular na história do serviço social brasileiro (1980-2010)” (Aline Maria Batista Machado, 2019); “Serviço social e educação popular: um recorte dos estudos produzidos no período de 1980-2010 no Brasil” (Aline Maria Batista Machado, Ana Carla dos Santos e Elailla Andrius de Morais Soares, 2014); “Serviço social e educação popular: diálogos possíveis a partir de uma perspectiva crítica” (Aline Maria Batista Machado, 2012) e “Diálogos entre serviço social e educação popular: reflexão baseada em uma experiência científico-popular” (Lucia Conde de Oliveira, Sâmia Barros Vieira, Hevelanya Albano de Sousa, Maria Sônia Lima Nogueira, Célia Maria Machado de Brito e Isabelle Rocha Fernandes, 2013).

Juntamente com os artigos encontrados, os trabalhos supracitados serviram de norte no que diz respeito a estruturação da fundamentação teórica das reflexões que foram desenvolvidas no decorrer da presente pesquisa.

Estruturalmente, o trabalho de conclusão de curso está dividido em dois capítulos. No primeiro capítulo verifica-se a emergência histórica e as principais concepções de educação popular no Brasil, com ênfase para a perspectiva defendida por Paulo Freire. O capítulo está dividido em três itens: conceitos e história; a relação entre Educação Popular e Serviço Social ao longo da história; a influência da Educação Popular no movimento de renovação do Serviço Social, e, por fim, o Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais e a Educação Popular.

O segundo e último capítulo discute sobre a influência da Educação Popular no Serviço Social brasileiro através da análise dos anais do CBAS, este, por sua vez, está dividido em três seções, são elas: percursos metodológicos da

pesquisa; categorização e análise dos dados e por último, a perspectiva de Educação Popular e a relação com o serviço social presente nos anais das três últimas edições do CBAS (XV, XVI e XVII).

A confecção da malha textual que será apresentada através das produções selecionadas e analisadas compreendem a esfera da Educação Popular numa perspectiva crítica e na direção de processos emancipatórios articuladas com o fazer profissional do Assistente Social.

2 EDUCAÇÃO POPULAR E SERVIÇO SOCIAL

Objetiva-se neste capítulo verificar a emergência histórica e as principais concepções de educação popular no Brasil - com ênfase para a perspectiva defendida por Paulo Freire – atrelada aos movimentos de articulação do Serviço Social enquanto profissão no passado e no presente. O capítulo em questão está dividido em quatro itens, são eles: conceitos e história**;** a relação entre Educação Popular e Serviço Social ao longo da história; a influência da educação popular no movimento de renovação do Serviço Social, e, por fim, o Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais e a Educação Popular.

O Serviço Social brasileiro, como profissão regulamentada, teve seu início na década de 1930, marcada pela consolidação do Estado Novo. Desde então, a profissão tem passado por diversas transformações, influenciada pelas mudanças sociais, políticas e econômicas no país e no mundo. Entre as décadas de 1970 e 1990, o Serviço Social no Brasil passou por um processo de renovação, influenciado por diversas correntes teóricas e metodológicas, entre elas a Educação Popular.

A Educação Popular é uma corrente teórica e prática que se desenvolveu no Brasil a partir dos anos 1960, influenciada pelo pensamento de Paulo Freire e outros educadores populares. Ela propõe uma educação crítica e participativa, que valoriza o conhecimento e a cultura popular e busca promover a transformação social e a emancipação das classes populares partindo da realidade concreta dos indivíduos, valorizando seus saberes e suas experiências. Ainda, busca promover a reflexão crítica sobre esta realidade, identificando as causas das desigualdades e propondo ações transformadoras.

É possível concluir, com base no exposto, que, esta perspectiva dialoga com a concepção do Serviço Social como uma prática comprometida com a defesa dos direitos sociais e a transformação das relações sociais, tendo em vista os princípios éticos e políticos da profissão.

Partindo desta premissa, este trabalho se propõe a analisar a influência da Educação Popular no Serviço Social brasileiro através de anais do Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais de 2016, 2019 e 2022, destacando as principais contribuições e desafios para a profissão na atualidade, além de mapear a recorrência do referido tema na literatura do Serviços Social.

2.1 CONCEITOS E TRAJETÓRIA DA EDUCAÇÃO POPULAR NO BRASIL

Inicialmente é importante pontuar que a educação foi inserida na sociedade como uma ferramenta de transferência de conhecimentos, correspondendo, principalmente, aos interesses da burguesia. De acordo com Martins (2012) no cenário brasileiro, a educação sempre esteve marcada pelo signo da exclusão. Dessa forma, entende-se que uma vez definida pelos requisitos do mercado, as práticas de ensino e instrução adquiriram caráter escolarizado, técnico e funcional, atendendo majoritariamente aos ideais e objetivos da trama do consumo, assumindo o papel da nova moeda de troca no bojo da sociedade capitalista.

Nessa perspectiva, a educação “bancária”, conforme definida por Paulo Freire (2001), conhecida também como educação “formal”, pode ser caracterizada pelos conteúdos previamente demarcados pela rede de ensino, seja pública ou privada. É importante salientar que, não existe uma única maneira de ensinar e aprender, não há um único modelo de educação – embora este último, na maioria das vezes, seja validado como coerente e dominante.

A evolução dos espaços educativos no Brasil ao longo do seu processo sócio histórico enquanto nação, pode ser visualizada como uma ferramenta de controle social, materializada na promoção de rotinas repetitivas, perfil hierárquico, especialização e valorização do trabalho tático em detrimento do intelectual, objetivando atender a ordem econômica vigente. (FREIRE, 2011)

Ao correlacionar essa temática com o processo de produção fabril ao longo da história e com a visão da escola como fábrica formadora de mão de obra – condicionada para atender as demandas do capital - pode-se observar certa estaticidade no curso da aprendizagem dessa sociedade. Júnior (2022, p. 72) vai pontuar que “durante toda a vida laboral do trabalhador, quase não se aprendia ou se evoluía, o conhecimento era basicamente o mesmo do primeiro dia de trabalho com determinada máquina, até a sua aposentadoria”.

Ainda, segundo esta ótica capitalista, a educação “bancária”, reforça a ideia de exclusividade como único método de ensino possível e aceitável, limitando assim as diferentes formas do saber. No decorrer dos séculos, o sistema de ensino formativo, contribuiu e ainda contribui para a manutenção e

reprodução do *status quo*. Sobre essa temática, Brandão (1993, p. 99) vai pontuar:

> Porque a educação sobrevive aos sistemas e, se em um ela serve à reprodução da desigualdade e à difusão de ideias que legitimam a opressão, em outro pode servir à criação da igualdade entre os homens e à pregação da liberdade.

Gouvea (1997) assinala que é justamente nesse espaço de dominação que a Educação Popular se apresenta como uma perspectiva possível, capaz de suplantar metodologias conservadoras e limitantes, visando educar para a cidadania e estando vinculada a um projeto político, não compreendendo apenas um aporte metodológico técnico de repasse de conhecimentos. Esta ferramenta/metodologia apresenta uma concepção que visa transformar a realidade vigente através da constituição de uma ordem societária alternativa, calcada em ideias libertadoras e inclusivas, além da construção de diálogos coletivos.

Ademais, a educação popular apresenta um panorama metodológico democrático, participativo, progressista e libertador. Ainda, reflete um movimento pedagógico e político, fruto das organizações populares latino-americanas que ganharam força na década de sessenta diante do contexto de resistência à ditadura militar.

A educação popular tem como principais objetivos, questionar e digladiar contra os processos opressores de colonização, advindos de governos autoritários e inconstitucionais. Nesse contexto, a corrente pedagógica em questão, exerceu papel decisivo no cenário de ascensão de ditaduras militares no Brasil e na América Latina, datado na segunda metade do século vinte. (MACHADO, 2012)

No âmbito nacional, a maior referência teórica e disseminadora da educação popular foi Paulo Freire, educador e filósofo brasileiro, considerado um dos estudiosos mais notáveis na história da pedagogia mundial. O referido educador, ao elaborar a reflexão crítica denominada “educação bancária", assinala que esse modelo de educação reproduz estratégias de arbitrárias e dominação de uma classe social sobre outra, da elite sobre os trabalhadores,

condicionando e transformando os indivíduos em “seres para outrem” e não para si. (NEVES, 2020)

O paradigma educativo sistematizado por Paulo Freire tem por finalidade contribuir com o processo de conscientização e mobilização das classes subalternas, a partir de uma teoria referenciada e materializada na realidade. A teoria freiriana prima pela valorização dos saberes coletivos, advindos da realidade social de cada indivíduo – este por sua vez, localizado em contextos diversos no que diz respeito a pluralidade cultural de cada território - além de dar enfoque para uma base ética e política, voltada para a transformação social. (MACHADO, 2012).

Nessa perspectiva, Paulo Freire apresenta a “pedagogia do oprimido” como uma prática dialógica que problematiza e proporciona uma nova leitura para a realidade, ao fazer o movimento inverso das relações de poder e também de tudo aquilo que é naturalizado com base nas estratégias de colonização, opressão, doutrinação e mercantilização da vida, reflexo do sistema capitalista. A educação popular é um levante contra tudo isso, é uma pedagogia da indignação. (NEVES, 2020)

Para melhor pontuar o caráter dialógico da educação popular, cabe ressaltar:

> E que é o diálogo? É uma relação horizontal de A com B. Nasce de uma matriz crítica e gera criticidade. Nutre-se do amor, da humildade da esperança, da fé, da confiança. Por isso só o diálogo comunica. E quando os dois pólos do diálogo se ligam assim, com amor, com esperança, com fé um no outro, se fazem críticos na busca de algo. Instala-se, então, uma relação de simpatia entre ambos. Só aí há comunicação. (FREIRE, 2001, p. 141)

Para a compreensão dos fenômenos, é preciso esforço para ultrapassar as aparências, contrapondo a concepções “bancárias” contrárias ao diálogo e a construção de saberes coletivos, impossibilitando a construção comunicativa e articulatória entre os sujeitos sociais.

Sobre essa temática, Paulo Freire (2001, p. 72) destaca que “o propósito da educação é a liberdade humana, a qual ocorre quando a população reflete sobre si mesma e sobre sua condição no mundo – quanto mais conscientes, maior a probabilidade de verem a si mesmo como sujeitos de sua própria história”.

Nessa mesma perspectiva, Silva (2007, p. 24) sinaliza:

> Uma gama ampla de atividades cujo objetivo é estimular a participação política de grupos sociais subalternos na transformação das condições opressivas de sua existência social. Em muitos casos as atividades de Educação Popular visam o desenvolvimento das habilidades básicas, como leitura e a escrita, consideradas essenciais para a participação política e social mais ativa. Em geral, segundo a teorização de Paulo Freire, busca-se utilizar métodos pedagógicos – como um método dialógico, por exemplo, que não reproduzem, eles próprios, relações sociais de dominação.

Dessa forma, pode-se apreender que, as categorias presentes na Educação Popular estão atreladas às bases do processo reflexivo, presentes no diálogo e na problematização das “verdades hegemônicas”. Segundo Lima (2006), um diálogo cujo ponto de partida teórico e prático é a própria realidade concreta e histórica como um todo, demonstrando que a comunicação não é necessariamente um meio de persuasão ou estratégia de convencimento e manipulação, mas sim, um arranjo de trocas de saberes e de uma visão geral do processo social.

Diante do exposto, pode-se apreender que a “filosofia” da educação popular e do serviço social – materializada no projeto ético-político da profissão – são convergentes, desde as bases teóricas, incluindo principalmente referenciais marxistas, até o caráter prático da ação, presente nos movimentos de articulação e renovação da profissão e de grupos coletivos. Essa articulação torna-se possível graças à semelhança de ideais progressistas e democráticos, latentes nas duas correntes.

2.2 A RELAÇÃO ENTRE EDUCAÇÃO POPULAR E SERVIÇO SOCIAL AO LONGO DA HISTÓRIA

Não é de hoje que o Serviço Social dialoga com a área da educação popular, porém, essa aproximação não ocorreu de forma linear e homogênea, alguns caminhos sinuosos foram percorridos pela profissão para que esta, pudesse vir a estabelecer vínculo com a dimensão educativa e socioeducativa numa perspectiva crítica, contrariando os projetos políticos e econômicos que operaram na gênese e no desenvolvimento histórico do Serviço Social assinalada por Montaño (2007, p. 31):

> A mesma entende o surgimento da profissão do assistente social como um produto da síntese dos projetos político-econômicos que operam no desenvolvimento histórico, onde se reproduz material e ideologicamente a fração de classe hegemônica, quando, no contexto do capitalismo na sua idade monopolista, o Estado toma para si as respostas à “questão social”.

O autor em questão traz à baila o cenário sócio-histórico de produção e reprodução do caráter contraditório do capital, intimamente relacionado de forma indissociável e proporcional ao processo de acumulação da riqueza e da pobreza. Essa dinâmica é aplicada também no movimento de condicionamento e dominação das relações sociais, uma vez que, para dar continuidade ao seu processo de exploração e alienação, a classe dominante necessita da classe subalterna e consequentemente da sua mão de obra precarizada para continuar avançando, posto que, o primeiro controla os meios de produção e o outro a força de trabalho.

Essa relação de interdependência entre as forças de produção, evidenciam os mecanismos de exploração que estão sobrepostos ao proletariado, materializados na intensificação do trabalho excedente e na produção da mais-valia. Iamamoto (2014) vai sinalizar que é justamente nesse cenário marcado por contradições e expropriações promovidos pelo sistema de produção capitalista que, o Assistente Social vai ser convocado e inserido pelo próprio capital para responder às exigências básicas da entidade contratante de seus serviços e para reforçar o processo da extração da mais-valia.

Ao pensar a gênese da profissão, pode-se considerar que, seu exercício profissional foi pensado para auxiliar o movimento do controle social, promovendo e reforçando a difusão da ideologia dominante frente à classe operária, além de contribuir na reprodução do caráter excludente do capitalismo. (IAMAMOTO, 2010).

À medida que se refaz os passos que marcaram a trajetória do Serviço Social no Brasil, pode-se observar a sua vinculação filantrópica a iniciativas de cunho formativo, atravessadas por viés ideológico e doutrinário, promovidos pela Igreja Católica através de grupos como Ação Católica e Ação Social a partir de 1930. (SILVA, 2009).

A perspectiva da doutrina social totalitária acompanhou a profissão, mesmo com a busca por aprofundamento técnico aos moldes do Serviço Social

norte-americano, fundamentado na teoria social positivista em 1940. A busca por modelos de eficiência e tecnificação do exercício profissional foram alavancadas sem fundamentação consistente e com enfoque predominantemente "psicologizante", além de "pautar-se em modelos estrangeiros, sem as necessárias mediações para o contexto nacional". (VARGAS, 2014, p. 32).

Dando seguimento ao debate, a fagulha de uma perspectiva crítica denominada "Serviço Social tradicional" surgiu no seio da categoria no início da década de 1960. Com relação ao cenário político e social, Vargas (2014, p. 34) vai pontuar: "havia na América Latina, a crise do modelo econômico nacional desenvolvimentista e a abertura de espaço para mobilizações e lutas políticas". Ainda, duas correntes do movimento – conservadora e mundancista - repercutiram no bojo da profissão.

> Na primeira delas, a "conservadora", o Serviço Social é ainda mais absorvido pelo Estado. O objeto de intervenção profissional é considerado como o trato de disfunções individuais e sociais e seu objetivo é a integração social. E, na segunda, a "mudancista", com influências do posicionamento dos cristãos de esquerda, em que um setor da categoria profissional parte de uma análise crítica da sociedade, mas ainda incipiente. (VARGAS, 2014, p. 34).

Inspirados e comprometidos com as novas perspectivas críticas advindas dos ideais "mundancistas", os assistentes sociais vinculados ao pensamento cristão de esquerda vincularam-se ao Movimento de Educação de Base cunhado e organizado pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, vinculando-se também as iniciativas de cultura popular elaboradas e dirigidas por Paulo Freire. (VARGAS, 2014).

Silva (2009) vai categorizar essa vinculação da profissão com correntes progressistas como "uma prática profissional questionadora do *status quo*" (p. 29). Esse ensaio emancipatório pode ser considerado como o primeiro degrau para a construção e efetivação do movimento de renovação do Serviço Social, além de ser extremamente significativo no que diz respeito ao primeiro contato da categoria profissional com os ideais da educação popular.

Alinhado com concepções freirianas, o Serviço Social pôde enfim tecer uma análise crítica da realidade brasileira e latino-americana, ainda que vinculada a concepções cristãs progressistas.

Embora o cenário de discussão e organização popular fosse propício para a efetivação de um novo “perfil” profissional, o golpe militar de 1964 abafou iniciativas progressistas e questionadoras, enfraquecendo e limitando a intervenção de movimentos como Movimento de Educação de Base e a Teologia da Libertação. (SILVA, 2009).

Mesmo diante do contexto de ditadura militar a perspectiva crítica continuou acompanhando o Serviço Social, mesmo que de forma tímida. Sobre essa temática, Vargas discorre (2014, p. 35):

> Mesmo num cenário desfavorável, ainda se buscava, através de alguns setores profissionais, aprofundar a reflexão e a prática voltada para uma perspectiva crítica. Entende-se que as contradições geradas pela insatisfação crescente com o regime, possibilitaram a rearticulação da sociedade civil e a apresentação de novas demandas pelos movimentos sociais populares.

Com base no exposto, pode-se visualizar um novo aspecto da profissão, começando se posicionar na trama das relações sociais ao refletir e questionar sua vinculação a interesses dominantes, buscando ainda “desvendar a dimensão política e identificar novas bases de legitimação” (SILVA, 2009, p. 32).

A década de 1970 foi marcada por importantes transformações sociais e políticas no Brasil, como o processo de industrialização, a luta por direitos civis e políticos e a resistência à ditadura militar. Neste contexto, o Serviço Social passou por um processo de renovação, buscando adequar-se às novas demandas da sociedade.

O início do processo de amadurecimento crítico da profissão foi essencial para o desencadeamento do que Netto (2001) vai chamar de “processo de renovação do Serviço Social”, sistematizado em três cenários: modernização conservadora, reatualização do conservadorismo, e, por último, o movimento de intenção de ruptura.

A modernização conservadora foi considerada o primeiro momento em que o serviço social rompeu laços com a influência religiosa, assumindo uma postura laica frente ao seu modo de atuação. Entretanto, esse novo modo de fazer profissional estava restrito a técnicas de intervenções mais “modernas”, seguindo a lógica funcionalista positivista do Estado, calcada na perspectiva norte americana. Nesse momento, o assistente social se viu enquanto ferramenta para o desenvolvimento nacional, cultivando a ideia de que, através

da promoção de qualificação para a classe trabalhadora, boa parte dos problemas sociais se dissipariam. (NETTO, 2001).

Nesse sentido, a proposta “modernizadora” deu espaço para o processo de reatualização do conservadorismo. O referido movimento de retorno para a profissão, teve como pontos principais o reestabelecimento da aliança com a Igreja católica e a adoção do pensamento fenomenológico (abordagem conservadora da psicologia). Culminando em uma prática profissional psicologizante e carregada de ideologias religiosas. (NETTO, 2001).

O terceiro e último eixo do movimento de reconceituação se deu com a intenção de ruptura, cujo objetivo foi o rompimento com a herança conservadora da profissão. O processo em questão baseou-se principalmente no método de Belo Horizonte, responsável por laçar as bases para a retomada da crítica ao tradicionalismo, tendo seu início na Escola de Serviço Social da Universidade Católica de Minas Gerais. O método de BH buscou referenciais críticos que pudessem nortear a prática profissional dos assistentes sociais, tendo como pontos principais o momento de emersão, consolidação e espraiamento do novo modo de pensar a profissão. (NETTO, 2001).

Netto (2001, p. 42) ainda vai pontuar que, a formulação do “Método de Belo Horizonte” foi atravessada por ideias freirianas na “redefinição do papel da profissão a partir de uma dimensão político-pedagógica”. A aproximação entre Paulo Freire e a perspectiva do movimento de reconceituação materializada no “Método BH”[3] , apontou iniciativas de cunho transformadoras e emancipatórias da sociedade brasileira e da profissão.

---

[3] Segundo Iamamoto (2014), o Grupo de Assistentes Sociais de Belo Horizonte (GAS-BH) foi um coletivo de profissionais da área de Serviço Social que se reuniu entre os anos de 1977 e 1980, na cidade de Belo Horizonte, Brasil. Esse grupo de assistentes sociais era composto por profissionais que atuavam principalmente em instituições públicas, como hospitais, escolas, presídios e outras instituições de assistência social. Os seus membros se propuseram a refletir sobre a prática profissional e a buscar novas formas de atuação que fossem mais críticas e comprometidas com as demandas populares. A partir de suas experiências cotidianas, o grupo começou a perceber as limitações do modelo tradicional de assistência social, que era centrado na ajuda individualizada e na adaptação do indivíduo às condições sociais existentes. Foi nesse contexto que o GAS-BH começou a constituir os contornos da intenção de ruptura e a moldar um novo objetivo para o Serviço Social, que ficou conhecido como "método de BH". Esse método se baseava em uma perspectiva crítica e transformadora, que buscava compreender a realidade social e suas contradições, e propor formas de intervenção que visassem à superação das desigualdades e da exploração. O método de BH foi influenciado por diversas correntes críticas do pensamento social, como o marxismo e o estruturalismo. Ele se difundiu rapidamente entre os Assistentes Sociais brasileiros, e contribuiu para a renovação da prática profissional e para o fortalecimento do movimento de reconceituação do Serviço Social na América Latina.

Sendo assim, pode-se concluir que a renovação do Serviço Social na década de 1970 foi marcada pela crítica ao conservadorismo da profissão e pela busca de uma nova práxis profissional, mais crítica e comprometida com a luta pelos direitos sociais. Neste contexto, a Educação Popular teve um papel fundamental, influenciando a formação e a prática dos assistentes sociais. (NETTO, 1996).

Diante do exposto é possível conceber que a renovação do Serviço Social neste período foi influenciada por diversas correntes teóricas e metodológicas, entre elas a Educação Popular. A Educação Popular trouxe para o Serviço Social uma perspectiva crítica e participativa, valorizando o conhecimento e a cultura popular e buscando a transformação social a partir da mobilização e organização das classes populares.

Dessa forma, segundo Vargas (2014, p. 25) é possível verificar que:

> O Serviço Social também apresentou, em toda a sua história, uma dimensão socioeducativa. E, ao "romper com o silêncio e a 'neutralidade' política", é possível reconhecer a necessidade de buscar subsídios que orientem sua ação para a direção que deseja imprimir à dimensão socioeducativa, buscando uma aproximação com uma educação na perspectiva emancipatória.

Dessa forma, pode-se apreender que a aproximação entre o Serviço Social e as ideias de Paulo Freire na América Latina se deu no decorrer do Movimento de Reconceituação da profissão, trazendo à tona a erosão do Serviço Social tradicional. Neste contexto, Faleiros (2005, p. 25) pontua que se deve considerar "a influência, na formulação de um paradigma crítico da pedagogia da conscientização elaborada por Paulo Freire".

Sobre essa temática, a autora Monteiro (2018, p. 12) vai pontuar:

> De modo geral, podemos afirmar que a dimensão educativa é intrínseca ao exercício profissional, mas que, no entanto, historicamente se vinculou a uma perspectiva subalternizante, distante e na contramão de uma perspectiva emancipadora. É legado do Movimento de Reconceituação a sua guinada para o campo crítico, que procura se construir a partir e para o fortalecimento de projetos populares.

As discussões presentes no âmago da educação popular assemelham-se com as lutas travadas pelo Serviço Social no seio da sociedade capitalista. A

semelhança e o vínculo entre as duas categorias não são recentes, Monteiro (2018, p. 10) vai pontuar que:

> Tal relação se constrói nos marcos do processo de reconceituação da profissão na América Latina, que também repercute fortemente na renovação profissional no Brasil, movimentos que trouxeram à tona a erosão do Serviço Social tradicional. Há neste trajeto uma busca contundente de conexão entre dimensão educativa e política da profissão.

Nessa perspectiva, o método da educação popular pôde proporcionar ao Assistente Social no seu fazer profissional, o fortalecimento teórico-metodológico e ético-político da sua prática. Além de indicar o ponto de partida para a valorização do saber popular, mediante o respeito à autonomia do indivíduo e a construção coletiva de alternativas de intervenção e resistência.

Assim, a instrumentalidade do Serviço Social abre a possibilidade de estabelecer relação com a metodologia problematizadora de Paulo Freire, especialmente por se constituir como uma profissão que interfere "na reprodução material e social da força de trabalho, tanto por meio das ações materiais como das ações de cunho sociopolítico e ideocultural" (MIOTO, 2009, p. 498).

A referida autora ainda assinala:

> Esse objetivo somente se realiza à medida que são criadas as condições para que usuários elaborem, de forma consciente e crítica sua própria concepção de mundo. Ou seja, que se façam sujeitos do processo de construção da sua história dos serviços e das Instituições e da história da sua sociedade. (MIOTO, 2009, p. 503)

É nesse sentido que Abreu (2002), ao aprofundar essa perspectiva com base no pensamento de Gramsci, afirma que as atividades desenvolvidas pelos assistentes sociais têm uma "função pedagógica", cujo princípio educativo está condicionado pelos vínculos que a profissão estabelece com as classes sociais. A autora denomina como uma "pedagogia emancipatória" voltada a contribuir para subverter a maneira de pensar e de agir dos homens como totalidade histórica e assim subverter a ordem intelectual e moral estabelecida no capitalismo.

2.3 A INFLUÊNCIA DA EDUCAÇÃO POPULAR NO MOVIMENTO DE RENOVAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL

Diante do exposto, pode-se reforçar que o movimento de renovação da profissão transcorrido entre as décadas de sessenta e setenta foi impactado diretamente por influências e perspectivas encabeçadas pelo movimento da educação popular, tendo em vista o cenário favorável de vinculação e alinhamento da profissão com a classe trabalhadora, se articulando em prol de interesses e direitos sociais e democráticos, fomentando dessa forma a tomada de consciência emancipatória dos assistentes sociais em detrimento do definhamento do perfil tradicional da profissão, outrora alinhado com o viés imperialista do sistema capitalista de produção.

A conjuntura política e social da década de 1960 favoreceu o enfraquecimento das bases conservadoras e consideradas “tradicionais” do Serviço Social da época. Os embates das lutas travadas contra as diversas formas de opressão e exploração, de rompimento com as amarras imperialistas, hegemônicas e lutas pela emancipação nacional no panorama efervescente latino-americano neste período, marcaram o Serviço Social, passando a se questionar sobre o papel da profissão face às expressões da “questão social”. (NETTO, 2001).

Sobre essa discussão, Monteiro (2018, p. 11) vai assinalar:

> Nesta condição contextual é que o Movimento de Reconceituação coloca em evidência a questão da relação entre a prática profissional e a política, descartando qualquer pretensão de uma suposta neutralidade da intervenção do Serviço Social. O desenrolar do Movimento de Reconceituação oferece ao Serviço Social uma aproximação com as ideias de Paulo Freire.

Dessa maneira, é no início da década de 1970 que a articulação entre as referidas áreas surge. Ainda assim, Aline Machado (2012, p. 154) pontua que a educação popular não está presente de forma recorrente nos debates acadêmicos da área do Serviço Social e quase não aparece mais nos eventos científicos dessa área. Entretanto, isso não significa que não haja assistentes sociais que utilizam a educação popular no seu fazer profissional ou debatendo-a nos mais diversos espaços sócio-ocupacionais.

Como já foi pontuado, a porta de entrada para as investidas das ideias freireanas no Brasil se deu pela iniciativa de “intenção de ruptura”, materializado na formulação do movimento conhecido como “método de BH”. Diante desse cenário, é importante pontuar que não houve um apartamento definitivo com o

caráter conservador da profissão, já que esse movimento só ocorreu através da aproximação com as bases teóricas marxistas.

Sobre essa lógica, Machado, Santos e Soares (2014, p. 340) vão pontuar:

> Se o objeto de atuação da profissão fosse mesmo a “ação social da classe oprimida”, como pensavam os formuladores do “método BH”, os resultados da nossa intervenção ficariam totalmente submetidos à ação social dessa classe. Com isso, entendia-se que, se tal classe não agisse, a profissão de Serviço Social era a responsável por tal imobilismo, o que significa que naquela época a profissão abarcava uma responsabilidade enorme pela transformação social, quando, na verdade, profissão nenhuma pode assumir tamanha tarefa, pois a transformação da sociedade advém da luta de classes e não da luta de uma única profissão.

O Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais de 1979 também foi significativo no que diz respeito a superação de uma suposta neutralidade da categoria, assumindo então, seu posto na luta de classes e a ruptura com o conservadorismo. É importante salientar que o rompimento com ideais conservadores e hegemônicos não foi um movimento vanguardista, restrito ao interior da categoria profissional, “pois antes de 1964 inclusive já se gestava um outro projeto de profissão, fruto de um acúmulo político e cultural, ainda que levadas a cabo por setores minoritários”. (MONTEIRO, 2018, p. 11).

O acesso a ideais progressistas e libertadores, próprio do movimento de renovação da categoria, fomentou a busca por uma perspectiva crítica em todas as dimensões da profissão, especialmente no campo da dimensão educativa ou pedagógica, estreitando ainda mais os laços do Serviço Social com o pensamento freiriano. (SCHEFFER, 2017).

Perante o exposto, pode-se concluir que, a educação popular trouxe importantes contribuições para o Serviço Social, como a valorização da cultura popular, a crítica ao assistencialismo e à tutela, o fortalecimento da participação popular e a defesa dos direitos sociais.

O fomento a relação do Serviço Social com a educação popular como estratégia de ação, pode estimular a articulação profissional com os movimentos sociais e populares, além de oferecer questionamentos sobre os processos de construção de hegemonia dos quais participa a profissão, possibilitando ainda reflexões que apresentem a realidade sob uma perspectiva crítica, além de novos movimentos voltados para a troca de conhecimento socialmente produzido. (MONTEIRO, 2018, p. 3).

Netto (2011, p. 282) pontua que é muito importante ocupar esses espaços coletivos, especialmente a partir da conjuntura neoliberal, sobretudo porque a perspectiva da luta por direitos é estimulada tanto pela educação popular como pelo Serviço Social (demonstrando dessa maneira uma conexão contundente entre dimensão educativa e política da profissão).

O referido autor ainda assinala que:

> Se faz necessário reassumir o trabalho de base, de educação, mobilização e organização popular, que parece ter sido submerso do debate teórico-profissional ante o refluxo dos movimentos sociais e dos processos maciços de organização sindical, mas não do trabalho de campo. (NETTO, 2011, p. 283).

Dessa forma, a provocação do autor de que é preciso repensar o trabalho de mobilização e educação popular no nível da formação profissional, é extremamente importante, tendo em vista possíveis práticas democráticas voltadas para a mobilização e a organização popular, promovendo também a ampliação de debate e reflexões que extrapolam a realidade alienante da sociedade capitalista. Como afirma o próprio Paulo Freire (2001, p. 103): "[...] a educação popular posta em prática em termos amplos, profundos e radicais, numa sociedade de classe, se constitui como um nadar contra a correnteza".

Pode-se concluir que o diálogo entre o Serviço Social e a educação popular não deve apenas endossar os espaços dos debates e produções acadêmicas, ainda que extremamente necessário, é preciso ir além, revisitando a própria história e voltando ao cerne dos movimentos de lutas e articulações que culminaram no processo de renovação da profissão anos atrás, fazendo da teoria e da prática, estratégias de combate contra as amarras do Capital.

Sobre essa discussão, pode-se considerar que a educação popular aposta em metodologias que estimulam a luta coletiva pela emancipação humana. Aline Machado (2012, p. 174) fala sobre essas metodologias no plural, porque, assim como o Serviço Social, não existe uma receita pronta e acabada para a prática em educação popular. Ainda segundo a autora, esse profissional lida cotidianamente com variadas expressões da questão social, porém normalmente perde a oportunidade de estimular a organização e mobilização popular. Segundo a autora, estes profissionais em geral detectam essa necessidade, mas não sabem por onde começar.

Iamamoto (2002, p. 200) afirma que os assistentes sociais precisam ter o conhecimento criterioso dos processos sociais e de sua vivência pelos indivíduos sociais, visto que isso poderá alimentar ações inovadoras.

O Conselho Federal de Serviço Social (CFESS, 2012, p. 19) afirma que defender a educação antes de tudo trata-se de “uma tarefa histórica protagonizada por sujeitos políticos que compõem uma classe e precisam forjar processos de autoconsciência a partir da ação política, que produzam uma contra hegemonia que atravesse todos os domínios da vida social”, caracterizando que o caráter desta não deve limitar-se aos muros escolarizados que o estilo de vida burguês-capitalista apresenta.

Ao expressar a defesa de um modelo educacional que rompa com a conduta meramente técnica e formal, o CFESS reafirma seu compromisso com a emancipação humana, uma vez que a educação presente como uma das dimensões materiais da vida social, é fundamental percebermos que “os processos educacionais e os processos sociais mais abrangentes de reprodução estão intimamente ligados”. (MÉSZÁROS, 2008, p. 25).

Apesar deste vínculo - Serviço Social e Educação Popular - estar cravado no curso da profissão, muitos assistentes sociais embora compreendam a potência das reflexões de Paulo Freire, desconhecem a relevância dessa importante “parceria” para a emancipação da profissão com relação aos ideais conservadores. Esse desconhecimento só confirma a urgência em trazer novamente à baila reflexões latentes e significativas que brotaram no seio da profissão em 1970 e que continuam interpelando o Serviço Social na contemporaneidade, principalmente diante de um cenário de avanço de ideologias reacionárias.

2.4 CONGRESSO BRASILEIRO DE ASSISTENTES SOCIAIS E A EDUCAÇÃO POPULAR

A priori é importante pontuar que, o Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais é um evento de grande relevância para a categoria de assistentes sociais e para o campo do Serviço Social no Brasil. Ele é organizado pelo Conselho Federal de Serviço Social e pelos Conselhos Regionais de Serviço Social a cada três anos, reunindo assistentes sociais, estudantes, pesquisadores e

profissionais de áreas afins para debaterem temas relevantes para a profissão e para a sociedade brasileira,

O Congresso proporciona um espaço de mobilização e articulação política da profissão, fomentando reflexões sobre os desafios e as perspectivas da categoria, das questões teóricas, políticas e éticas, além de promover o compartilhamento das experiências e práticas profissionais objetivando o fortalecimento do projeto ético-político do Serviço Social.

A história do Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais remonta ao contexto de organização do Serviço Social como uma profissão no país. De acordo com Iamamoto (2014), o primeiro CBAS ocorreu em São Paulo, em 1947, organizado pelo Centro de Estudos e Ação Social (CEAS).

Considerado o primeiro grande evento da categoria, o congresso em questão reuniu representantes das principais entidades públicas e privadas envolvidas com o Serviço Social e a Assistência Social. Essa primeira experiência de organização objetivou, em um segundo momento, preparar o caminho para o II Congresso Pan-Americano de Serviço Social, que aconteceu no Rio de Janeiro em 1949. Vale ressaltar que, no mesmo ano do primeiro CBAS, foi aprovado o primeiro Código de Ética da profissão. (IAMAMOTO, 2014).

Segundo Iamamoto (2014), é possível analisar a partir dos anais do primeiro CBAS que, não houve uma temática central definida para o evento. Em vez disso, as conclusões e recomendações foram agrupadas em seis categorias que refletiam as ênfases temáticas da profissão naquela época, são elas: Serviço Social e Família, Serviço Social de Menores, Educação Popular e Lazer, Serviço Social Médico, Serviço Social na Indústria, Agricultura e Comércio.

Ainda, de acordo com a referida autora, o contexto histórico marcado pelo conservadorismo, fomentou no Serviço Social a busca em promover a adequação dos indivíduos à estrutura social vigente, vindo a implicar o controle e o disciplinamento da classe trabalhadora. Com um discurso predominantemente doutrinário, o CEAS, responsável pela organização do congresso mencionado, reforçou essa ideologia conservadora, uma vez que estava sob forte influência do pensamento católico. A atuação profissional ainda estava voltada para práticas messiânicas e para o contexto desenvolvimentista da época, tendo por finalidade à adaptação dos indivíduos à sociedade capitalista. (MOTA; RODRIGUES, 2020).

Esse perfil conservador do “pensar” e do “fazer” a profissão foi minimizado e superado (não em sua totalidade) de acordo com o avanço do período de reconceituação do Serviço Social. Trinta e dois anos depois do primeiro congresso, o III CBAS (1979), no contexto de ditadura militar, veio para marcar a trajetória da profissão, ficando conhecido como o “Congresso da Virada”. O mesmo foi realizado entre os dias vinte e três e vinte e oito de setembro em São Paulo, promovido pelo Conselho Federal de Assistentes Sociais e pelo Conselho Regional de Assistentes Sociais de São Paulo, com o tema: “Serviço Social e política social”.

O congresso em questão foi/é um marco significativo na trajetória da profissão, uma vez que seus participantes questionaram o conservadorismo da própria organização do evento. Estes, por sua vez, viraram-se, literalmente, de encontro a mesa de debate no auditório, composta por alguns representantes do regime ditatorial da época. Por conseguinte, representantes da classe trabalhadora substituíram os oficiais do governo ilegítimo.

A importância histórica desse congresso reside no fato de que, ele rompeu com as tradições conservadoras, passando a defender os interesses da classe trabalhadora e da democracia. (MOTA; RODRIGUES, 2020).

Pode-se considerar que o referido evento foi um ponto de referência importante no que diz respeito à politização e mobilização dos profissionais e estudantes do Serviço Social no Brasil, representando a vontade política da categoria profissional organizada e simbolizando o renascimento dos sindicatos envolvidos nesse processo. (MOTA; RODRIGUES, 2020).

No contexto do Terceiro Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais, a Educação Popular se tornou uma importante referência teórica e prática para o Serviço Social. Como destaca Netto (1992), a partir dos anos 1970, o Serviço Social passou por um processo de renovação crítica, que incorporou novas perspectivas teóricas e metodológicas, incluindo a Educação Popular como um importante referencial para a prática profissional.

Por sua vez, Iamamoto (2007) assinala que a incorporação da Educação Popular no Serviço Social não se deu de forma linear ou homogênea, mas sim como resultado de tensões e disputas teóricas e políticas. No entanto, a partir do Terceiro Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais, a Educação Popular se

consolidou como uma importante referência para o Serviço Social, tanto do ponto de vista teórico quanto prático.

Dessa forma, ainda é possível concluir que o III CBAS foi marcado pela presença massiva de grupos e organizações ligados à Educação Popular, que trouxeram novas perspectivas para a discussão sobre o papel do Serviço Social na sociedade brasileira. Essa articulação se deu a partir de um diálogo crítico e reflexivo, que buscou incorporar os saberes e experiências dos sujeitos e grupos sociais na construção de um conhecimento emancipatório e na luta pelos direitos sociais. A participação desses grupos e organizações foi fundamental para a construção de uma visão crítica e transformadora da profissão, objetivando a luta contra a exploração e a opressão. (SANTOS, 2017).

É importante ressaltar que a relação entre o CBAS e o movimento de educação popular não é homogênea e possui suas especificidades. Nem todos os assistentes sociais compartilham da mesma perspectiva teórica e prática da educação popular, e nem todos os participantes do evento em questão estavam/estão necessariamente envolvidos com o movimento de educação popular.

A presença da Educação Popular durante os congressos do CBAS teve um papel fundamental na valorização da cultura popular, na crítica ao assistencialismo e à tutela, no fortalecimento da participação popular e na defesa dos direitos sociais. No entanto, também apresentou desafios, como a necessidade de superar o tecnicismo e a neutralidade técnica e a falta de diálogo com outras correntes teóricas e práticas.

Segundo Guerra (1989), a educação popular, ao valorizar a cultura popular e os saberes locais, muitas vezes foi acusada de ser "folclórica" ou "empirista", desconsiderando a importância da teoria e da reflexão crítica. Além disso, a Educação Popular, ao buscar a participação popular, muitas vezes foi acusada de ser "politicista" ou "ideológica", desconsiderando a importância da técnica e da neutralidade.

Para superar estes desafios, foi necessário um diálogo crítico e reflexivo entre a Educação Popular e outras correntes teóricas e práticas, como a Teoria Crítica, a Teoria Marxista e a Psicologia Social. Este diálogo permitiu a construção de uma nova práxis profissional, mais crítica e interdisciplinar, que valoriza a participação popular, a teoria e a técnica, sem abrir mão da reflexão

crítica e da transformação social, comprometida com a luta pelos direitos de todos os cidadãos.

Diante do debate é possível constatar que a educação popular é um campo amplo e diverso, com muitos autores e autoras importantes que contribuíram e contribuem para o seu desenvolvimento. Além de Paulo Freire, outros teóricos e práticos também foram e são referências na área. No campo do serviço social, a autora Aline Maria Batista Machado, assistente social e professora da Universidade Federal da Paraíba, ganha destaque em relação ao número de publicações de artigos e capítulos de livros com a temática Serviço Social e Educação Popular, torrando-se uma das principais referências do ramo na atualidade.

Os resultados obtidos pelo Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Serviço Social na Educação confirmam a escassez de produções na área que apresentam a temática aqui abordada (sem o recorte temporal). Os dados obtidos a partir do resultado preliminar referente a primeira fase da pesquisa executada durante o segundo semestre de 2021 e primeiro semestre de 2022, apontam para uma demanda reprimida de trabalhos que abordaram a dimensão educativa do Serviço Social, os movimentos sociais e educação popular e a produção do conhecimento do Serviço Social na educação na região Nordeste. O referido grupo de pesquisa identificou apenas oito dissertações com o tema aqui abordado, abrindo margem para um cenário de escassez de produções no âmbito do sérvio social.

Tais referências fomentam a urgência em promover reflexões sobre a importância da educação popular para o Serviço Social e a relação dessa temática com as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs) [4]. Além disso, essas elucubrações podem ajudar a compreender os desafios e as possibilidades da formação de assistentes sociais comprometidos com as lutas populares e a transformação social.

---

[4] É importante pontuar que, as Diretrizes Curriculares para os cursos de Serviço Social foram instituídas pelo Conselho Nacional de Educação em 1996, e atualizadas em 2014. As DCNs são um conjunto de orientações para a organização e a elaboração dos currículos dos cursos de graduação em Serviço Social no Brasil, e têm como objetivo garantir a formação de assistentes sociais com um perfil crítico, reflexivo e comprometido com as lutas populares e a transformação social. (BRASIL, 2014)

Além de enfatizar a importância da educação como um processo dialógico e emancipatório, as Diretrizes Curriculares podem e devem contribuir para a formação de sujeitos capazes de atuar de forma consciente e transformadora na sociedade. Nesse sentido, as DCNs propõem que os currículos dos cursos de Serviço Social contemplem a temática da educação popular, entendida como um conjunto de práticas pedagógicas que buscam a emancipação das classes populares e a construção de uma sociedade mais justa e igualitária. (BRASIL, 2014)

A educação popular pode ser abordada nos currículos dos cursos de Serviço Social de diversas formas, seja como uma disciplina específica, seja como uma temática transversal que permeia todas as disciplinas do curso. De todo modo, é importante que os conteúdos e as metodologias utilizadas na abordagem da educação popular estejam em consonância com os princípios éticos e políticos que orientam a profissão, como a defesa dos direitos humanos, a luta contra a exploração e a opressão, e o compromisso pela transformação social e pela busca de uma sociedade democrática.

Além disso, é fundamental que a abordagem da educação popular nos cursos de Serviço Social esteja conectada com as experiências concretas dos movimentos sociais e das organizações populares, vindo a contribuir para a formação de assistentes sociais comprometidos com as lutas populares e a transformação social.

3 A INFLUÊNCIA DA EDUCAÇÃO POPULAR NO SERVIÇO SOCIAL BRASILEIRO

O capítulo em questão tem por finalidade investigar a influência da Educação Popular no Serviço Social brasileiro mediante a análise dos artigos publicados nos três últimos CBAS, compreendidos entre o período de 2016 a 2022. Dessa forma, o capítulo divide-se em três partes: a primeira apresenta o percurso metodológico da pesquisa, a segunda refere-se à categorização e análise dos dados e a terceira à perspectiva de educação popular e sua relação com o Serviço Social presente nos anais das três últimas edições do CBAS, este tópico, por sua vez, está dividido em três subtópicos, são eles: diferentes concepções/abordagens da Educação Popular presentes nas produções do Serviço Social brasileiro; bases teóricas que fundamentam as produções sobre Educação Popular no Serviço Social brasileiro, e , por fim, as contribuições da Educação Popular para o Serviço Social brasileiro.

3.1 PERCURSOS METODOLÓGICOS DA PESQUISA

Com o objetivo de identificar a influência da Educação Popular no Serviço Social brasileiro, o presente trabalho está configurado em uma proposta de pesquisa bibliográfica de ordem exploratória qualitativa, adotando procedimentos de análise de conteúdo.

Conforme mencionado por Denzin e Lincoln (2006), a abordagem qualitativa de pesquisa compreende uma perspectiva interpretativa da realidade, onde os investigadores analisam os acontecimentos em seus contextos naturais, buscando compreender os fenômenos com base nos significados atribuídos pelas pessoas. Em consonância com essa perspectiva, Vieira e Zouain (2005) afirmam que a pesquisa qualitativa enfatiza a relevância dos testemunhos dos atores sociais envolvidos, dos discursos por eles proferidos e dos significados comunicados. Nesse sentido, esse tipo de pesquisa valoriza uma descrição minuciosa dos fenômenos e dos componentes associados a eles.

Os autores supracitados ressaltam que, dentro dessa abordagem, a fonte primária de dados é o ambiente natural, e o pesquisador desempenha um papel

fundamental como instrumento de coleta. Os dados coletados nesse contexto são predominantemente descritivos. Além disso, o autor destaca que há uma preocupação maior com o processo do que com o produto da pesquisa. Em outras palavras, o interesse do pesquisador ao investigar um problema específico é compreender "como" ele se manifesta nas atividades, nos procedimentos e nas interações cotidianas. Por esse motivo, a validade da pesquisa não se dá pelo tamanho da amostra, como na pesquisa quantitativa, mas, sim, pela profundidade com que o estudo é realizado. (VIEIRA; ZOUAIN, 2005)

No intuito de ampliar a discussão em torno da temática apresentada, a configuração da pesquisa qualitativa aqui pontuada, tem como objetivo principal, investigar a influência da Educação Popular no Serviço Social brasileiro presentes nas produções das três últimas edições do CBAS que discorram sobre o tema elencado. Ainda, a escassez significativa desta discussão no âmago da categoria profissional foi levada em consideração no processo de análise de dados.

Para chegar a esse fim, foi realizado levantamento bibliográfico de referenciais teóricos utilizando palavras chaves que correspondiam ao tema abordado, identificando, inicialmente, a proximidade entre o Serviço Social e a Educação Popular. Por meio da barra de “pesquisa avançada”, foram inseridos os termos “educação popular” e “Serviço Social”, refinando a pesquisa com o afunilamento do tema. O material selecionado e posteriormente analisado que embasou a presente discussão foi localizado no site[5] do Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais, na categoria “edições anteriores” e na subcategoria “trabalhos publicados”.

As publicações que apresentaram proximidade com a temática do Serviço Social e da Educação popular foram selecionadas e analisadas, oferecendo, por fim, a possibilidade de promover maior reflexão das discussões desenvolvidas e sistematizadas.

Para examinar os dados adquiridos, foi empregada a abordagem de análise de conteúdo, conforme descrita por Bardin (1977). Seguindo as

[5] Endereço eletrônico: <http://www.cbas.com.br>

orientações de Silva e Fossá (2015), a análise de conteúdo compreende três fases distintas: pré-análise, exploração do material e tratamento dos resultados.

Resumidamente, na etapa de pré-análise, as ideias iniciais são sistematizadas, o material selecionado para análise é lido de forma abrangente e sua organização é realizada para fins de investigação. Nessa fase, são realizadas leituras preliminares dos dados, seleção dos documentos (definindo o corpus de análise), formulação de hipóteses e objetivos, além da preparação do material.

A etapa subsequente da análise de conteúdo, denominada exploração do material, envolve a criação de procedimentos de codificação e categorização. Na codificação, são feitos recortes nos textos para formar unidades de registro. De acordo com Bardin (1977), a unidade de registro é um segmento de conteúdo considerado como a unidade básica para categorização. Nesta pesquisa em particular, os conteúdos dos artigos são utilizados como unidades de registro, identificando concepções/abordagens congruentes e incongruentes para realizar uma categorização preliminar.

No que diz respeito à etapa final da análise de conteúdo, que se refere ao processamento dos resultados, realizou-se a interpretação e a compreensão dos conteúdos presentes no material coletado.

3.2 CATEGORIZAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS

Diante da discussão desenvolvida até aqui, é fundamental enfatizar que a discussão em torno do Serviço Social e da Educação Popular não se limita a uma ideia de utopia inatingível. Dessa forma, a fim de entender e comprovar a efetividade dos ideais emancipatórios da Educação Popular na prática profissional do Assistente Social, foi conduzido uma pesquisa bibliográfica de natureza qualitativa com o objetivo de identificar e analisar a influência dessa abordagem pedagógica no seio da profissão.

Para realizar essa investigação, optou-se por focar nos três últimos CBAS, entendendo que esses encontros são canais que promovem a produção e socialização de conhecimentos e experiências entre estudantes e profissionais, oferecendo uma riqueza de informações e interações além dos aportes teóricos disponíveis. Ao longo das três últimas edições foram coletados anais do

congresso em questão para uma análise cuidadosa, focalizando nos trabalhos que tinham como abordagem o tema "Serviço Social e Educação Popular". Posterior a essa seleção primária, foram realizados fichamentos individuais de cada artigo, objetivando o detalhamento dos dados presentes nas produções selecionadas.

Diante do exposto, na referida plataforma *online*, pode-se observar uma recorrência tímida do assunto em periódicos de congressos e simpósios da categoria profissional. Nas três últimas edições do CBAS (XV, XVI e XVII), a recorrência da temática “Serviço Social e Educação Popular” contabilizou um total de 18 (dezoito) artigos em um universo de 4.826 (quatro mil oitocentos e vinte e seis) trabalhos apresentados e publicados. A tabela a seguir apresenta descritivo dos artigos encontrados que serão analisados e servirão de base para a presente pesquisa:

Tabela 01 - Levantamento das produções das três últimas edições do CBAS que apresentam a discussão sobre a influência da Educação Popular no Serviço Social

Edição	Ano de publicação	Título	Autor (a)
XV	2016	Formação política e educação popular: curso de realidade brasileira como instrumento de construção de contra hegemonia	Yanna Alves; Maria Ferreira; Leonardo Sousa; Lidiane Tiburtino; Joyce Araújo.
XV	2016	Serviço Social e Educação Popular: considerações acerca de um projeto de pesquisa na comunidade do Morumbi - Cachoeira/BA	Carolina Paes; Marcela Silva;
XV	2016	Serviço social, educação popular e do campo: uma interlocução necessária na materialização do projeto ético-político	Jose Santos; Maria Sousa; Raimunda Fernandes.
XV	2016	Serviço social e educação popular: um estudo sobre as possibilidades de uma prática profissional emancipatória	Tainan Bogo.
XV	2016	Um balanço sobre educação popular nas pós-graduações de serviço social e educação na região nordeste	Karina Bastos; Maria Monteiro; Aline Machado.

XV	2016	Trabalho profissional e sujeitos políticos: A contribuição da educação popular na gestão da política de assistência social	Francisca Pini; Natália Silva.
XVI	2019	A atuação profissional do assistente social no meio rural na perspectiva do método Paulo Freire	Carolina Oliveira; Sergio Lima; Maria Gonçalves.
XVI	2019	Direitos humanos, educação popular e juventude periférica: a importância do serviço social	Maria Ramos; Jose Batista; Lucrecia Rodrigues; Dayane Pereira; Márcia Santos; Tamires Santos; Raylaine Silva; Priscila Souza; Sarah Adriane.
XVI	2019	Educação popular, movimentos sociais e serviço social em tempos de barbárie	Adriana Amaral Ferreira.
XVI	2019	Educação popular, serviço social e extensão universitária: relato de experiência de trabalho com comunidades e movimentos sociais	Adriana Amaral Ferreira.
XVII	2022	A concepção de educação popular em diálogo com o serviço social: fortalecimento do compromisso ético-político, no horizonte da emancipação humana	Geovana Lucia Batista Loureiro
XVII	2022	A influência de Paulo Freire no movimento de reconceituação do serviço social: história e memória	Vanessa Santana; Francisca Pedrosa; Franciele Alves; Fábia Ataide.
XVII	2022	Assessoria técnica, educação popular e serviço social: ações educativas e formativas no fórum de luta por moradia	Ana de Oliveira.
XVII	2022	Educação popular como prática pedagógica no terceiro setor	Andreza Fedalto
XVII	2022	Educação popular na pós-graduação brasileira: um estudo das áreas de serviço social e educação (2000-2010)	Aline Machado; Francisca Pedrosa; Franciele Alves.
XVII	2022	Educação popular em saúde e cuidados paliativos: a/o assistente social como um multiplicador desta temática	Marinara Silva; Patrícia Moraes; Raquel Amorim.

XVII	2022	O estado da arte sobre a educação popular na revista serviço social & sociedade (1979-2021)	Aline Machado; Vanessa Santana.
XVII	2022	Serviço social e a educação popular: a defesa do projeto a partir da inserção de assistentes sociais nos movimentos sociais	Leonardo Koury Martins

Fonte: Elaboração própria, 2023.

O XV CBAS aconteceu em Olinda – PE entre os dias 5 e 9 de setembro de 2016 com o tema “80 anos do Serviço Social no Brasil: a certeza na frente, a história na mão”, contando com um total de 1.978 trabalhos apresentados distribuídos entre os seguintes eixos temáticos:

1. Trabalho, Questão Social e Serviço Social
2. Política Social e Serviço Social
3. Seguridade Social
4. Educação
5. Comunicação e Cultura
6. Políticas Geracionais
7. Serviço Social, Fundamentos, Formação e Trabalho Profissional
8. Movimentos Sociais e Serviço Social
9. Ética, Direitos Humanos e Serviço Social
10. Questões agrária, urbana, ambiental e Serviço Social
11. Serviço Social, relações de exploração/opressão de gênero, raça/etnia, geração e sexualidades

Dos 1.978 (mil novecentos e setenta e oito) trabalhos apresentados, apenas seis abordavam a influência da Educação Popular no Serviço Social com os seguintes temas: “Formação política e educação popular: curso de realidade brasileira como instrumento de construção de contra hegemonia”; “Serviço Social e Educação Popular: considerações acerca de um projeto de pesquisa na comunidade do Morumbi - Cachoeira/BA”; “Serviço social, educação popular e do campo: uma interlocução necessária na materialização do projeto ético-político”; “Serviço social e educação popular: um estudo sobre as possibilidades de uma prática profissional emancipatória”; “Um balanço sobre educação popular nas pós-graduações de serviço social e educação na região nordeste”,

e, por fim, “Trabalho profissional e sujeitos políticos: A contribuição da educação popular na gestão da política de assistência social”.

Dos artigos citados, cinco produções compreendem escrita conjunta/coletiva e apenas um apresenta autoria solo. Referente a origem dos trabalhos, um encontra-se vinculado ao estado do Ceará – Sobral, um ao estado de São Paulo, um ao estado de Minas Gerais, um ao estado da Bahia e dois ao estado da Paraíba. No que se refere ao gênero dos pesquisadores pode-se perceber uma incidência do público feminino, totalizando treze autoras e apenas dois autores. Dos seis artigos em questão, três encontram-se vinculados a grupos de pesquisa das universidades: Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri, Universidade Federal do Recôncavo da Bahia e Universidade Federal da Paraíba. Três trabalhos resultam de relatos de experiências, dois de pesquisa teórica e um tem o caráter de projeto de extensão.

Por sua vez, o XVI CBAS aconteceu em Brasília – DF entre os dias 30 de outubro a 3 de no novembro de 2019 com o tema “40 anos da "Virada" do Serviço Social”, o 16º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais (CBAS)”, contando com um total de 1.800 (mil e oitocentos) trabalhos apresentados distribuídos entre os seguintes eixos temáticos:

1. Trabalho, Questão Social e Serviço Social
2. Movimentos Sociais e Serviço Social
3. Serviço Social, Fundamentos, Formação e Trabalho Profissional
4. Política Social e Serviço Social
5. Questões agrária, urbana, ambiental e Serviço Social
6. Ética, Direitos Humanos e Serviço Social
7. Serviço Social, Relações de Exploração/Opressão de Gênero, Raça/Etnia, Sexualidades

Do universo dos 1.800 (mil e oitocentos) trabalhos submetidos, somente quatro discorreram sobre a influência da Educação Popular no Serviço Social com os seguintes temas: “A atuação profissional do assistente social no meio rural na perspectiva do método Paulo Freire”; “Direitos humanos, educação popular e juventude periférica: a importância do serviço social”; “Educação popular, movimentos sociais e serviço social em tempos de barbárie” e

“Educação popular, serviço social e extensão universitária: relato de experiência de trabalho com comunidades e movimentos sociais”.

Por conseguinte, dos artigos elencados, duas produções compreendem escrita conjunta/coletiva e duas apresentam autoria de um único pesquisador, responsável pela escrita de dois artigos. No que se refere a origem dos trabalhos, dois apresentam vinculação com o estado do Rio de Janeiro, um com o estado de Sergipe e outro com o estado de Minas Gerais. Mais uma vez no que se refere ao gênero dos pesquisadores percebe-se uma maior presença do público feminino, totalizando onze autoras e apenas dois autores. Dos quatro artigos em questão, três encontram-se vinculados a grupos de pesquisa das universidades: Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro e da Universidade Federal de Sergipe. Referente ao tipo de pesquisa, um trabalho é resultado de relatos de experiências, dois artigos resultam de pesquisas teóricas e um tem o caráter de projeto de extensão.

Por fim, o XVII CBAS ocorreu de forma virtual através de transmissões ao vivo pela plataforma digital *“Youtube”* entre os dias 11 e 13 de outubro de 2022 com o tema “Crise do capital e exploração do trabalho em momento pandêmico: repercussões no Brasil e na América Latina”, contando com um total de 1.293 (mil duzentos e noventa e três) trabalhos apresentados distribuídos entre os seguintes eixos temáticos:

1. Trabalho, Questão Social e Serviço Social
2. Movimentos Sociais e Serviço Social
3. Serviço Social, Fundamentos, Formação e Trabalho Profissional
4. Política Social e Serviço Social
5. Questões agrária, urbana, ambiental e Serviço Social
6. Ética, Direitos Humanos e Serviço Social
7. Serviço Social, Relações de Exploração/Opressão de Gênero, Raça/Etnia, Sexualidades

Dos 1.293 (mil duzentos e noventa e três) trabalhos publicados, apenas oito discutiam a relação entre Educação Popular e Serviço Social, os temas são os seguintes: “A concepção de educação popular em diálogo com o serviço social: fortalecimento do compromisso ético-político, no horizonte da emancipação humana”; “A influência de Paulo Freire no movimento de

reconceituação do serviço social: história e memória"; "Assessoria técnica, educação popular e serviço social: ações educativas e formativas no fórum de luta por moradia"; "Educação popular como prática pedagógica no terceiro setor"; "Educação popular na pós-graduação brasileira: um estudo das áreas de serviço social e educação (2000-2010)"; "Educação popular em saúde e cuidados paliativos: a/o assistente social como um multiplicador desta temática"; "O estado da arte sobre a educação popular na revista serviço social & sociedade (1979-2021)", e, por fim, "Serviço social e a educação popular: a defesa do projeto a partir da inserção de assistentes sociais nos movimentos sociais".

Por fim, dos artigos descritos, quatro produções compreendem escrita conjunta/coletiva e quatro apresentam autoria solo de um único pesquisador. No que se refere a origem dos trabalhos, um artigo apresenta vinculação com o estado do Pará, um com o estado de Minas Gerais, um com o estado do Ceará, três com o estado da Paraíba, um com o estado de São Paulo, e, por fim, uma produção está vinculado ao estado do Rio de Janeiro. Seguindo o padrão dos dois últimos congressos, o recorte de gênero dos autores apresenta uma predominância do público feminino, totalizando quinze autoras e apenas um autor. Dos quatro artigos em questão, três encontram-se vinculados a grupos de pesquisa das universidades: Universidade do Estado do Pará, Universidade Federal da Paraíba, Universidade Federal de São Paulo e Universidade Federal Fluminense. Referente ao tipo de pesquisa, sete artigos resultam de pesquisas teóricas e um tem o caráter de projeto de extensão.

Diante do exposto, pode-se observar que uma incidência significativa de trabalhos oriundos da região Nordeste, contemplando estados como a Bahia, Ceará, Sergipe e Paraíba. O estado da Paraíba se destaca no que se refere ao número de artigos publicados contando com um total de cinco publicações. Em seguida, a região Sudeste também ocupa uma posição de destaque representada por três estado, são eles: Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo. Por sua vez, a região Norte é representada pelo estado do Pará, apenas. o CBAS não contou com nenhum artigo que contemplasse a temática aqui abordada oriundos das regiões Centro-Oeste e o Sul do país.

Nota-se também que a discussão entre o Serviço Social e a Educação Popular faz parte das pautas levantadas pelas universidades federais das três regiões elencadas representadas pela Universidade Federal Fluminense,

Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri, Universidade Federal da Paraíba, Universidade do Estado do Pará, Universidade Federal de São Paulo, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Universidade Federal de Sergipe e Universidade Federal Fluminense.

Os artigos publicados no decorrer dos três últimos CBAS não seguiram um padrão linear, tendo em vista que, na décima quinta edição seis artigos foram publicados, por conseguinte, na décima sexta, esse número não foi superado, contando com um total de quatro trabalhos submetidos. Em contra partida, o décimo sétimo congresso apresentou um salto significativo no número de produções, contabilizando oito anais, o dobro da edição passada, revelando dessa forma o desabrochar do debate entre Educação Popular e Serviço Social no âmago da profissão na contemporaneidade.

3.3 A PERSPECTIVA DE EDUCAÇÃO POPULAR E A RELAÇÃO COM O SERVIÇO SOCIAL A PARTIR DOS ANAIS DO CBAS

O subcapítulo em questão apresenta as principais perspectivas da aproximação entre o Serviço Social e a Educação Popular a partir dos anais das três últimas edições do CBAS. Ao longo da discussão, são abordadas as diferentes concepções/abordagens da Educação Popular presentes nos artigos selecionados, além de apresentar as bases teóricas que fundamentam as produções. Por fim, o presente trabalho traz à baila as principais contribuições do campo da Educação Popular para o Serviço Social brasileiro.

3.3.1 Diferentes concepções/abordagens da Educação Popular presentes nas produções do Serviço Social brasileiro

Ao analisar a perspectiva da Educação Popular e a relação com o Serviço Social brasileiro presente nos anais das três últimas edições do CBAS (XV, XVI e XVII) é possível identificar diferentes concepções/abordagens deste modelo de educação nos artigos selecionados.

De modo geral, os autores abordam e defendem a educação popular em uma perspectiva crítica, compreendendo-a como uma prática pedagógica que busca atender às demandas e necessidades das classes populares em direção à transformação social. Nesse sentido, a educação popular é reconhecida como um importante instrumento de conscientização e empoderamento das classes populares, estando posicionada no polo da emancipação dos sujeitos. Através de processos educativos que promovem a reflexão crítica, a participação ativa e o engajamento político, contribuindo para a formação de sujeitos socialmente conscientes e capacitados para a luta vislumbrando uma sociedade mais justa e igualitária.

Nesse interim, as concepções/abordagens da Educação Popular presentes nos artigos aqui selecionados permeiam as esferas de um projeto de educação emancipatória, pautado por uma postura político-pedagógica crítica, dialética e dialógica.

> Portanto, a educação se edifica enquanto processo social, que tensionado pelas relações que se estabelecem no seio da humanidade, pode intencionalizar um determinado projeto societário, estando a serviço da reprodução da conformação e, por conseguinte dos processos de exploração e expropriação, ou pode estar a serviço dos interesses da classe trabalhadora, articulado seus ideais, alianças e esforços no confronto de projetos. Na educação popular, o movimento de provocar consciências, visa elaborar uma dinâmica de sensibilização coletiva as questões oriundas a realidade social dos sujeitos, organizando estes sujeitos políticos coletivos entornos de demandas e frentes de lutas. (SANTOS; SOUSA; FERNANDES, 2016, p. 06)

Esse arranja estratégico que perpassa a dimensão crítica, dialética, educativa, política e emancipatória da Educação Popular são essenciais, uma vez que, objetiva a “busca por desvelar a realidade social e contribuir com o desenvolvimento da capacidade crítica das classes subalternizadas e luta pelo protagonismo dos sujeitos sociais almejando a transformação social”. (MACHADO; TOLENTINO, 2019, p. 85)

> Destacamos a participação, o diálogo e a conscientização enquanto categorias necessárias para o processo de luta e mobilização dos sujeitos, através dos quais são possíveis realizar troca de experiências, de saberes, fazer uma leitura crítica do real concreto, dos determinantes sociais, culturais, políticos e econômicos que conjugam para a existência do modo de produção capitalista. É preciso que os homens e mulheres assumam a sua tarefa histórica e rompam com as amarras de um sistema explorador e opressor, e para tanto, a

> educação popular traz elementos primordiais (MACHADO; PEDROSA; ALVES, 2022, p. 10)

Ainda é possível assinalar que essa corrente pedagógica:

> Significa a criação de um senso crítico que leve as pessoas a entender, comprometer-se, elaborar propostas, cobrar e transformar(-se). É um processo coletivo de produção e socialização do conhecimento que capacita educadores e educandos a ler criticamente a realidade sócio-econômico-político-cultural com a finalidade de transformá-la. Torna-se um instrumento que desperta, qualifica e reforça o potencial popular de construir uma alternativa solidária (OLIVEIRA, 2022, p. 06)

Tal concepção se orienta pela diversidade e pela democracia, pelo conhecimento de seus direitos e dos outros, envolvendo mudança de atitudes, posturas e novas concepções.

> Nessa perspectiva, partimos do princípio de que o conhecimento se constrói através da criação compartilhada entre educadores e educandos, seres singulares, pertencentes a diferentes realidades e histórias de vida, valores, sonhos, projetos. Com esta metodologia, se pretende promover, portanto, a ação coletiva, e potencializar o espírito crítico e participativo (OLIVEIRA, 2022, p. 10)

Essa forma de articulação teórico e prática filtra a realidade social como conteúdo pedagógico a serviço da emancipação humana e da transformação das relações assimétricas que permeiam a sociedade contemporânea.

> Na práxis autolibertadora, as massas erguem-se como portadoras de um passado espoliado e dele retiram o núcleo ainda vivo da verdade contida nas ruínas, nas perdas, nas derrotas esquecidas como algo sem sentido num tempo em que o progresso histórico se aferra em suas forças destrutivas. É neste sentido que a metodologia das atividades está voltada para a reconstrução coletiva da memória histórica das experiências de auto-organização e resistências. (FERREIRA, 2019, p. 10)

Ao colocar a educação popular no polo da emancipação dos sujeitos, o autor enfatiza seu potencial transformador. Através da educação, as classes populares podem adquirir ferramentas para se organizarem, se articularem e lutar por seus direitos. Dessa forma, essa metodologia não apenas promove a conscientização das classes populares, mas também fortalece sua autoestima e identidade cultural.

> Carrega consigo um posicionamento contrário ao movimento desta lógica que combina altíssimas taxas de concentração de renda e propriedades, mantendo em concomitância uma (re) produção ampliada da pobreza, miséria e desigualdades, alicerçados numa lógica estrutural e conjuntural, macroeconômica que combina uma política econômica e social, subalterna, opressora, desigual e combinada (SANTOS; SOUSA; FERNANDES, 2016, p. 04)

É possível apreender com base no exposto que esse modelo de estrutura e conjuntura macroeconômica sustentam essa lógica desigual, combinadas com políticas econômicas e sociais subalternizadas. A referência à concentração de renda e propriedades evidencia a existência de um sistema econômico que favorece a acumulação de recursos e poder nas mãos de uma minoria privilegiada, enquanto uma grande parcela da população sofre com a falta de recursos básicos e oportunidades. Dessa forma, é possível compreender por intermédio da Educação Popular que, a persistência da pobreza, miséria e desigualdades sociais são resultados de um arranjo estrutural e conjuntural que perpetuam tais condições, e não apenas de fatores individuais.

> Assim, desvelar a ontologia do ser social, explicitando seu processo de construção pelo trabalho, compreende a divisão de classes, as formas de alienação, exploração, expropriação e subordinação, visa romper com a ideologia que naturaliza a ordem societária como factual e imutável" (SANTOS; SOUSA; FERNANDES, 2016, p. 05)

Assim, ao buscar organizar e resumir a análise da perspectiva da educação popular presente nas obras e a conexão estabelecida entre elas, podemos perceber que, a perspectiva crítica, pedagógica, política e coletiva, materializados em uma metodologia que aborda os desafios concretos enfrentados pelos sujeitos, além do fomento ao progresso rumo à transformação da sociedade, despertando a consciência crítica dos indivíduos em relação à sua própria realidade.

3.3.2 Bases teóricas que fundamentam as produções sobre Educação Popular no Serviço Social brasileiro

No que se refere as obras de Paulo Freire presentes nos artigos selecionados, pode-se observar que, dos dezoito trabalhos, apenas dois não apresentam citações/referências das obras freireanas. Por sua vez, os outros

dezesseis anais utilizaram no corpo do texto e como instrumento de articulação teórica, sete produções de Freire que dizia respeito a Educação Popular articulada com outros princípios pedagógicos e emancipatórios, são elas: Educação como prática da liberdade (1983); Conscientização: teoria e prática da libertação — uma introdução ao pensamento sobre Educação Popular (2001); Medo e ousadia: o cotidiano do professor (1986); Que fazer: teoria e prática em educação popular (1988); Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa (2002); Pedagogia do Oprimido (1981); Pedagogia da esperança: um reencontro com a Pedagogia do Oprimido (1992), e, por fim, Política e Educação (2001).

Dando seguimento ao debate, embebidos pela teoria freireana através do livro “Educação como prática da liberdade” (1983), pode-se conceber a estreita relação entre a educação emancipadora e a Educação Popular como consta na citação a seguir:

> Estamos convencidos de que qualquer esforço de educação popular, esteja ou não associado, a uma capacitação profissional, seja no campo agrícola ou no industrial urbano, dever ter (...) um objetivo fundamental: através da problematização do homem mundo ou do homem em suas relações com o mundo e com os homens, possibilitar que estes aprofundem sua tomada de consciência da realidade da qual e com a qual estão (FREIRE, 1983, p. 65)

Por sua vez, a obra “Conscientização: teoria e prática da libertação — uma introdução ao pensamento sobre Educação Popular” (2001) reforça a importância da implementação do diálogo, tendo em vista que essa ferramenta representa o ponto de encontro entre a ponderação e a execução, e é por meio dessa interação que se estabelecem as bases para a confiança recíproca e uma conscientização plena.

> Não há, a partir da prática em Educação Popular, a relação professor e aluno, constitui-se por, então, a prática entre educador e educando, que “[...] se educam entre si, mediatizados pelo mundo. A educação, como prática da liberdade, é um ato de conhecimento, uma aproximação crítica da realidade. (FREIRE, 2001, p. 87)

Adicionalmente, evidencia-se a relevância da ação cultural e da transformação cultural no desenvolvimento do conhecimento e na assimilação desta abordagem pedagógica inovadora uma vez que “é o momento de se

desenvolver o processo pelo qual aqueles que antes haviam estado submersos na realidade começam a sair, para se reinserirem nela com uma consciência crítica". (FREIRE, 2001, p. 37)

Por conseguinte, os artigos selecionados abordam a discussão presente no livro "Medo e ousadia: o cotidiano do professor" (1986) sob a perspectiva de que o diálogo não deve ser encarado meramente como uma estratégia utilizada para alcançar objetivos, mas como uma atitude intrínseca aos seres humanos.

> O diálogo não pode ser visto apenas como uma técnica com fim de obter resultados, mas uma postura que faz parte dos seres humanos. O diálogo ocorre no encontro entre seres humanos, que, "[...] refletindo juntos sobre o que sabemos e não sabemos, podemos, a seguir, atuar criticamente para transformar a realidade". (FREIRE, 1986, p. 64)

Ademais, a obra "Que fazer: teoria e prática em educação popular" (1988) aparece nos textos através da ligação entre a Educação Popular e a transformação social, uma vez que a Educação Popular surge a partir da cultura do movimento popular, trazendo mudanças tanto nos métodos educacionais quanto no envolvimento criativo das pessoas na sociedade. Por meio da "educação conscientizadora", a teoria e a prática são aproximadas, promovendo uma integração significativa.

> E esse conceito foi necessário. Ele ajudou a inovar os caminhos de acesso ao conhecimento. Ajudou o trabalho educativo a ganhar mais espaço. E era disso que se tratava: substituir o velho esquema educação-evasão-exclusão; isso supunha inovarmos o jeito de entender a cultura, mudar o jeito de compreender a realidade. Supunha também mudanças no espaço da escola que o estado tradicionalmente oferecia. (FREIRE, 1988, p. 61)

A obra "Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa" (2002) reafirma a importância da Educação Popular enquanto uma ferramenta democrática e potencializadora.

> É fundamental estabelecer dentro da educação, o exercício da democracia, onde todos sejam envolvidos, no processo de aprendizagem. Isto não exclui o valor do conteúdo pragmático e de um calendário escolar. A educação é uma forma de intervenção no mundo, intervenção que vai além do conhecimento, dos conteúdos. Essas bases se definem como a que precisam ser promovidas de forma substantivamente democrática, jamais separa do ensino dos conteúdos o desvelamento da realidade. (FREIRE, 2002, p. 38)

Nessa perspectiva, pensar a educação enquanto movimento articulador entre grupos sociais, vislumbrando uma autonomia e democracia plena, requer coragem e empenho diante da dinâmica hegemônica e limitante da sociedade capitalista.

> [...] a natureza autoritária e exploradora do capitalismo força à sociedade a acatar uma educação de obediência e a educação libertadora deve ser um instrumento de politização para o povo para que não seja aceito o lugar de opressão como parâmetro social [...] (FREIRE, 2002, p. 67)

A “Pedagogia do Oprimido” (1981) fomenta nos artigos selecionados de modo geral, a ideia da pedagogia como um caminho vanguardista, intermediando novas oportunidades e possibilidades de transformar a realidade. Ao fazer perguntas e problematizar o tema, as possibilidades são ampliadas através do “afastamos” do cotidiano, objetivando retornar a ele com uma perspectiva mais abrangente.

> A formação social e humana que emerge da prática da liberdade, ao contrário daquela que é prática da dominação, implica a negação do homem abstrato, isolado, solto, desligado do mundo, assim como também a negação do mundo como uma realidade ausente dos homens, propondo a reflexão sobre os homens em suas relações com o mundo. Relações em que consciência e mundo se dão simultaneamente. (FREIRE, p. 98).

Contrapondo-se à educação bancária, na “Pedagogia da esperança: um reencontro com a Pedagogia do Oprimido” (1992), Freire vai discorrer:

> Ensinar e aprender são assim momentos de um processo maior – o de conhecer, que implica em re-conhecer. No fundo, o que eu quero dizer é que o educando se torna realmente educando quando e na medida em que conhece, ou vai conhecendo os conteúdos cognoscíveis, e não na medida e em que o educador vai depositando nele a descrição de objetos, ou dos conteúdos. (FREIRE, P. 47)

Por fim, a obra “Política e Educação” (2001) aparece nos anais através da discussão voltada para a prática emancipadora do saber, impulsionando dessa forma a participação organizada das camadas populares na batalha pela democracia e pela superação das injustiças sociais. Também enfatiza a

importância de compreender as violências impostas pelo sistema de opressão social que é vivenciado.

> A educação popular aposta na prática transformadora em termos amplos, profundos e radicais, porque procura em uma nova e possível sociedade, a possibilidade de nadar contra a correnteza que traz o autoritarismo e a fome como resposta". (FREIRE, 2001, p. 103-105)

Nesse cenário, ocorre a primeira ruptura da Educação Popular com os modelos convencionais e cartesianos de ensino e aprendizagem, questionando o conhecimento formal, como este é reafirmado a partir das hierarquias hegemônicas.

> [...] cuja posta em prática, em termos amplos, profundos e radicais, numa sociedade de classe, se constitui como um nadar contra a correnteza é exatamente a que, substantivamente democrática, jamais separa do ensino dos conteúdos o desvelamento da realidade. É a que estimula a presença organizada das classes sociais populares na luta em favor da transformação democrática da sociedade, no sentido da superação das injustiças sociais. (FREIRE, 2001, p. 49).

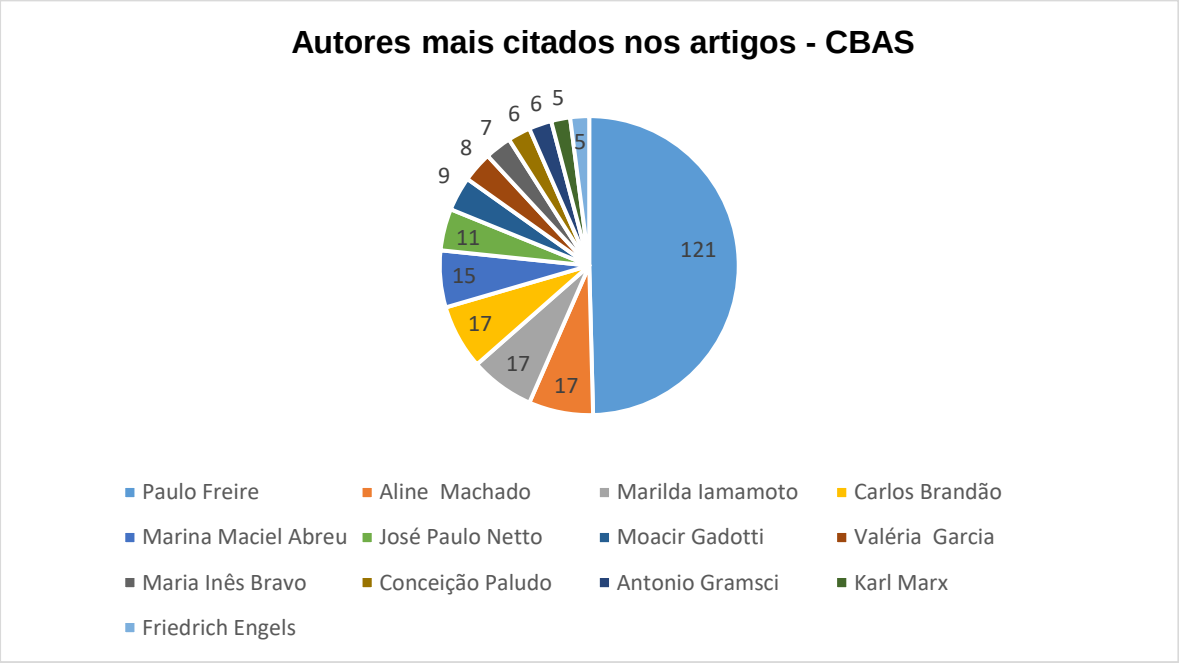
No período vigente, os desafios enfrentados pela Educação Popular convergem com os princípios e perspectivas das diretrizes do Serviço Social, buscando fortalecer a construção de uma ordem coletiva diante das novas configurações decorrentes do trabalho virtual e do declínio social.

Dando seguimento ao debate, dentre as produções localizadas, foi possível observar e categorizar os três autores mais citados por artigo, são eles: Conceição Paludo (2015), Aline Maria Batista Machado (2012), Paulo Freire (1981), Marilda Villela Iamamoto (2007), Moacir Gadotti (2004), Marina Maciel Abreu (2002), Vicente de Paula Faleiros (2009), Yolanda Guerra (2000), Carlos Rodrigues Brandão (2006), Valéria Aroeira Garcia (2002), Aline Vieira Kiss (2013), Karl Marx (2002), Friedrich Engels (2009), Carlos Eduardo Montaño (1997), Walter Benedix Schönflies Benjamin (1994), Marildo Menegat (2012), Antonio Gramsci (1966), Afonso Celso Scocuglia (1999), Miguel Arroyo (2015), Edward Palmer Thompson (1998), Maria Inês Souza Bravo (2006), Maurílio Castro de Matos (2012), Aída Bezerra (1984), José Paulo Netto (1991), Maria Josefina Becker (2021). Destes, treze autores ganharam destaque no que se

refere ao número de vezes em que foram citados, servindo como referência teórica para os artigos em questão.

O gráfico a seguir apresenta os autores mais citados nas produções localizadas:

Gráfico 01



Fonte: Elaboração própria, 2023.

Pode-se observar com base no gráfico acima que, Paulo Freire aparece nas produções com uma incidência significativa, citado mais de cem vezes pelos autores dos artigos analisados, uma vez que, é considerado uma referência importante para os estudiosos do campo da educação popular, reforçando a premissa de que suas ideias e abordagens influenciaram profundamente a teoria e a prática da educação ao redor do mundo, inspirando educadores e promovendo a busca por uma educação mais crítica.

No que se refere aos autores da área do Serviço Social, temos como referência com base no gráfico: Aline Maria Batista Machado, Marilda Villela Iamamoto, Marina Maciel Abreu, José Paulo Netto, e, por fim, Maria Inês Bravo. Este grupo de autores por sua vez, abordam e discutem a articulação entre

Educação Popular e o Serviço Social, dando enfoque para a relevância dessa educação no contexto da reflexão e da prática profissional do Assistente Social.

Dando continuidade à discussão em questão, pode-se observar que os autores pertencentes ao campo da Educação Popular são: Paulo Freire, Carlos Brandão, Moacir Gadotti, Valéria Garcia e Conceição Paludo. Estes, por sua vez, apresentam contribuição significativa para o campo, uma vez que, buscam articular a educação popular com os movimentos sociais e a luta por transformação social, enfatizando a importância da pedagogia da práxis e da formação de educadores comprometidos com a emancipação humana e com a realidade social dos indivíduos.

No que se refere às perspectivas teóricas que fundamentam a escrita dos artigos, observou-se que os autores utilizaram Karl Marx, Friedrich Engels e Antônio Gramsci como referência teórico crítica. Além destes, Walter Benedix Schönflies Benjamin e Edward Palmer Thompson, ambos de orientação marxista, apareceram nos trabalhos como seguidores da tradição do Materialismo Histórico Dialético.

Todos os artigos, sem exceção, apresentaram viés crítico vinculado à tradição marxista, apresentando considerações voltadas para a análise da área da educação como um fenômeno inserido em um contexto mais amplo de lutas de classes, desigualdades e estruturas de poder. Ainda, aborda de forma crítica a reprodução das desigualdades sociais, a influência das ideologias dominantes na formação de classe, as relações de trabalho e o papel da educação na reprodução ou transformação nos arranjos sociais.

3.3.3 Contribuições da Educação Popular para o Serviço Social brasileiro

Com base no percurso de discussão traçado até aqui, pode-se conceber que, as contribuições da Educação Popular para o Serviço Social estão presentes no seio da profissão desde o seu movimento de ruptura, como mencionado no segundo capítulo deste trabalho de conclusão de curso. Machado, Silva e Tolentino (2019) assinalam que é incontestável a relevância e a influência significativa da Educação Popular para a profissão, bem como a

contribuição do pensamento freireano na formulação de uma nova perspectiva crítica para o Serviço Social no Brasil.

Pode-se perceber também que essa reflexão se fez presente nos artigos mapeados das três últimas edições do CBAS. Soares, Pedrosa, Alves e Ataide (2022) trazem à baila as bases da contribuição da Educação Popular para o Serviço Social ao afirmarem:

> Por isso, partimos da perspectiva que o pensamento de Freire nos apresenta uma concepção de educação crítica, dialógica, que estimula o processo de conscientização e vislumbra a emancipação humana e, portanto, pode contribuir para o fortalecimento profissional frente a contextos tão conservadores, como o contexto ditatorial em que se deu o Movimento de Reconceituação do Serviço Social. (SOARES; PEDROSA; ALVES; ATAIDE, 2022, p. 02)

Nessa mesma perspectiva Bogo (2016) reforça:

> Esta mistura de ideias e crise de ideologias então contribuiu fortemente para que a categoria profissional fizesse uma releitura de tudo àquilo em que sua prática era sustentada, além de reler também o papel do profissional e o papel do usuário dentro da sociedade, sem restringir esta relação usuário-profissional a uma relação de hierarquia e imposição, mas, uma relação de iguais que caminham para um mesmo horizonte. (BOGO, 2016, p. 08)

Pode-se afirmar em linhas gerais que, as obras de Paulo Freire tiveram um impacto significativo no Movimento de Reconceituação, ao trazerem reflexões relevantes sobre a “concepção do homem enquanto sujeito de sua história, a dimensão educadora da profissão e os questionamentos sobre os elementos políticos da prática que posteriormente se consolidaram numa aproximação ao marxismo” (SCHEFFER, 2013, p. 301)

Logo, pode-se concluir que esse período histórico para a profissão se estabeleceu como um ponto de resistência importante, desempenhando um papel crucial no início da construção de um Projeto Ético-Político profissional sólido e comprometido com as classes subalternizadas, indo de encontro ao período repressivo e limitante de ditadura militar da época.

O projeto ético-político em questão, representa para o Serviço Social, um valor ético fundamental, além de abordar a liberdade numa perspectiva emancipatória enquanto um caminho possível para a superação da opressão e

da dominação, calcados na sociedade de classes, vislumbrando a construção de uma nova ordem social “como possibilidade de escolher entre alternativas concretas; daí um compromisso com a autonomia, a emancipação e a plena expansão dos indivíduos sociais”. (TEIXEIRA; BRAZ, 2009, p. 06)

Paes e Silva (2016) apresentam em um dos artigos do CBAS de 2016 uma reflexão que corrobora com a discussão elencada:

> Propomos uma reflexão em torno da educação humana livre desses ditames, apresentando a face educativa que o Serviço Social expõe em consonância com o seu Projeto Ético Político, valendo-se, para tanto, da metodologia da Educação Popular. (PAES; SILVA, 2016, p. 01)

Sobre essa perspectiva Machado e Soares (2022) complementam:

> Quanto aos constituintes da Educação Popular identificados nas produções, apresentam congruências com o Projeto Ético-Político do Serviço Social, dado ao direcionamento social adotado e ao comprometimento com as classes subalternizadas. Dessa forma, a Educação Popular, por meio de seus constituintes, pode contribuir com as dimensões teórico-metodológica, ético-política e técnico operativa da profissão. (MACHADO; SOARES, 2022, p. 12)

Nesse aspecto pode-se observar que essa relação entre Serviço Social e Educação Popular contribui significativamente para na atuação profissional do Assistente Social, fortalecendo o posicionamento deste profissional pela defesa dos interesses das classes marginalizadas e pela promoção de práticas educativas mais críticas, inovadoras, igualitárias, participativas, dialógicas e que reconheçam a importância dos conhecimentos populares.

Ainda é possível apreender, segundo Machado (2013), que os diferentes elementos que compõem a Educação Popular têm uma valiosa contribuição a oferecer, especialmente por estarem comprometidos com a busca pela emancipação da classe trabalhadora, um aspecto central no Projeto Ético-Político do Serviço Social. Nesse contexto, a liberdade, para a profissão, é reconhecida como um valor ético fundamental que permeia todas as ações e intervenções.

Esta liberdade na teoria freireana e na dimensão teórico-metodológico do Serviço Social perpassa pela emersão dos mecanismos domesticadores postos pela realidade opressora do capital. A única via possível para a superação dessa

alienação estrutural é o caminho da práxis, uma vez que, a práxis consiste na reflexão e ação dos indivíduos em relação ao mundo, com o objetivo de transformá-lo. Freire assiná-la: “Se os homens são os produtores desta realidade e se esta, na ‘invasão da práxis’, se volta sobre eles e os condiciona, transformar a realidade opressora é tarefa histórica, é tarefa dos homens” (FREIRE, 1981, p. 24)

Nas obras freireanas, na literatura do Serviço Social e nos anais do CBAS, a discussão referente a práxis surge de forma a reforçar o desvelamento das concepções opressoras da sociedade capitalista e a superação desta realidade. E uma vez associada a dimensão socioeducativa do Assistente Social, esta, potencializa a atuação prática deste profissional sob a perspectiva da crítica e do comprometimento:

> A maior contribuição da Educação Popular seria a possibilidade de uma práxis crítica, que suscitaria em uma maior integração e participação dos/as usuários/as atendidos/as pelos/as assistentes sociais, nos seus próprios processos de intervenção de suas demandas, em uma posição central e de protagonismo. Assim, a práxis da Educação Popular seria uma possibilidade de materializar na formação e atuação profissional o compromisso ético-político do Serviço Social (LOUREIRO, 2022, p. 03)

A referida autora ainda discorre:

> Considerando que a Educação Popular prioriza e parte dos saberes populares, colocando todos os participantes do processo em relações horizontais que permitem o respeito à diversidade e à pluralidade, por meio desses princípios, podem ser eliminados elementos discriminatórios e moralizantes que possam surgir na atuação profissional do Serviço Social, exteriorizando na práxis o respeito ético central à liberdade e o combate aos preconceitos. Posto aqui, se faz fundamental a Educação Popular como práxis profissional, visto que promove a possibilidade dos/as usuários/as ampliarem a sua cidadania e seu exercício político; expandindo suas potencialidades, liberdade e autonomia, e assim exprimindo, na práxis cotidiana, o comprometimento que o projeto de profissão nos coloca. (LOUREIRO, 2022, p. 07)

Pode-se conceber que a articulação entre Serviço Social e Educação Popular conflui para à adoção de abordagens mais críticas e democráticas, contrapondo-se às práticas autoritárias, nas quais apenas o conhecimento do profissional é valorizado, relegando ao público-alvo um papel passivo de espectador, em vez de ser reconhecido como sujeito social ativo.

> A inserção da concepção e práxis da Educação Popular pode se dar tanto na intervenção direta com os/as usuários/as no cotidiano (nos grupos, nos atendimentos, na articulação e mobilização com a comunidade e movimentos sociais), como na formulação e implementação das políticas públicas (os conselhos participativos...) e em toda e qualquer área que o/a profissional estiver inserido/a, ou atividade que se propuser a realizar. De modo a tornar a sua prática mais horizontal e democrática, respeitando a pluralidade e a diversidade, o popular; alterando e modificando não só o/a outro/a (o/a usuário/a) no processo, mas também a si mesmo (o/a profissional). Expandindo suas potencialidades enquanto profissional e "ser social", ao aprender e ensinar dialogicamente com o/a outro/a. Isso é, no processo de troca de saberes (SANTOS; SOUSA; FERNANDES, 2016, p. 07)

A relação entre o Serviço Social e a Educação Popular resulta, com base no exposto, em uma ação profissional mais enriquecedora e aliada dos movimentos sociais. Essa aproximação permite uma compreensão mais ampla dos diversos papéis desempenhados pela classe trabalhadora, não apenas como sujeitos a serem assistidos, mas também como sujeitos que, a partir das suas realidades concretas, têm muito a contribuir para seu próprio processo de conscientização e autonomia.

> Cabe ao assistente social instrumentalizar as ações dos usuários, democratizando informações para melhor prepará-los para tomar decisões em todos os momentos como cidadão [...] O assistente social pode utilizar da dimensão socioeducativa, por meio da Educação Popular em todos os tipos de intervenções, seja individual ou grupal, seja dentro da instituição em que trabalha ou em visita domiciliar, pautando-se sempre nos fundamentos do Projeto Ético-Político Profissional [...] (OLIVEIRA, 2017, p. 111-112)

O movimento de troca de conhecimentos entre os diferentes atores na sociedade é extremamente valioso para o Serviço Social, possibilitando compreender através dessa via articulatória, as particularidades de cada indivíduo e os processos comuns que os unem em busca de um movimento coletivo mais amplo. Sobre esta discussão, Oliveira (2017, p. 16) reforça:

> Se configura como uma importante metodologia de trabalho para os/as assistentes sociais, visto que, proporciona a aproximação do profissional com a realidade dos usuários dos serviços sociais, sempre partindo da realidade trazida por eles para se fazer a reflexão da sociedade capitalista. Nesse sentido, a educação popular pode contribuir para a transformação societária.

É possível ainda afirmar que:

> Há um campo fértil para os(as) assistentes sociais trabalharem com a perspectiva da organização popular e com a efetiva participação da população na construção da Política de Assistência Social, na perspectiva da garantia dos direitos" (PINI; SILVA, 2016, p. 06)

Assim, estabelece-se um processo de articulação/organização diferenciado, alinhado à visão de Paulo Freire, que busca alcançar e dar visibilidade as esferas mais esquecidas da sociedade. Seu objetivo é promover uma consciência de pertencimento à classe trabalhadora, fortalecida por meio da troca de experiências e vivências diversas. Isso contribui para a conscientização e mobilização dos participantes, incentivando a organização e articulação social, visando enfrentar desafios e construir um modelo de contra-hegemonia, colocando a classe trabalhadora como figura central no processo de desenvolvimento e como impulsionadora de sua própria sustentabilidade.

> A partir do imenso legado que a concepção de Educação Popular nos traz, poderão surgir novas experiências em que os/as usuários/as participem mais democraticamente e ativamente na intervenção e desenvolvimento das suas demandas por meio de um desvelamento crítico da realidade, promovido dentro dos espaços sócio-ocupacionais, e por intermédio da ação profissional. (LOUREIRO, 2022, p. 04)

Logo, pode-se afirmar que a educação popular não apenas se configura como uma metodologia de trabalho importante para os assistentes sociais, mas também traz consigo uma série de contribuições significativas para a prática profissional e para a transformação social. Além disso, possibilita a análise crítica das estruturas sociais e das relações de poder que geram desigualdades e exclusões. Os assistentes sociais são encorajados a problematizar as condições sociais e a trabalhar junto aos usuários na identificação e enfrentamento dos problemas sociais, promovendo a conscientização e o empoderamento do público atendido.

Dando seguimento ao debate, no que se refere aos espaços sócios ocupacionais de Assistentes Sociais que mais se se utilizaram da educação popular nas suas intervenções profissionais presentes nos artigos separados e analisados, pode-se concluir que, das 18 (dezoito) produções, 11 (onze) não abordam a discussão em terno dos espaços sócios ocupacionais, por sua vez, os sete artigos restantes, inseriram no debate espaços sócios ocupacionais

voltados para a formação política pedagógica de indivíduos inseridos no campo da educação e dos movimentos sociais, são eles: Escola do Campo do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) do Estado do Ceará e Movimentos sociais, Espaços de construção da Política de Assistência Social do Instituto Paulo Freire, Comunidade do Morumbi (Cachoeira/BA), Formação política para educadores populares e lideranças de movimentos sociais do Rio de Janeiro/RJ, Comunidade de pescadores artesanais de Ilha das Caieiras de Vitória/ES, Comunidades do meio rural no estado de Sergipe, e, por fim, comunidades da periferia de Belo Horizonte/MG.

A atuação do Assistente Social nestes espaços contribui para a organização e mobilização dos trabalhadores e integrantes destas comunidades, principalmente no que se refere ao acesso aos direitos sociais. É por meio da abordagem educativa que o Serviço Social pode difundir informações e engajar um maior número de pessoas na busca por direitos básicos garantidos pela Constituição Federal brasileira.

É importante frisar, com base nos espaços sócios ocupacionais elencados que, nenhum destes perpassam o ambiente da educação formal/escola. Uma reflexão possível para este dado é a dificuldade em permear os padrões e estruturas tradicionais do sistema educacional. Além disso, a falta de recursos e apoio institucional pode ser um gargalo dificultoso na aplicação e socialização da metodologia da educação popular.

Brandão (1984) vai reforçar que estes mecanismos limitantes revelam a prática “domesticadora” do sistema capitalista, uma vez que, não considera por si só o conhecimento das camadas populares que vivem os diferentes aspectos sociais, podendo ser perfeitamente considerados no processo de educação e formação da população, tendo em vista que, “o ato humano de educar existe tanto no trabalho pedagógico que ensina na escola quanto no ato político que luta na rua por outro tipo de escola, para outro tipo de mundo”. (BRANDÃO, 1984, p. 110).

Com base no exposto, pode-se concluir que todas as produções selecionadas abordam a Educação Popular numa perspectiva crítica, visando promover processos de emancipação. No que se refere à relação com o Serviço Social, os artigos que discutiram a atuação profissional reconhecem a Educação Popular como uma ferramenta metodológica importante que se

alinha aos princípios defendidos pelo Serviço Social, possibilitando a promoção de uma atuação coerente com a concretização do Projeto Ético-Político profissional.

Também foi possível apreender com base nos espaços sócio-ocupacionais abordados nos artigos, especialmente naqueles que trouxeram a perspectiva da experiência prática como modelo de pesquisa, reflexões significativas no que se refere a abordagem prática de Assistentes Sociais sobre discussões de temas dentro do seu campo de atuação. Nesse sentido, reconhecem na Educação Popular o seu potencial enquanto instrumento de intervenção para promover a emancipação e trabalhar em parceria com os movimentos sociais e a classe trabalhadora.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante dos questionamentos e objetivos que motivaram esta pesquisa, nota-se que na realidade atual, o Brasil transita por um renascimento conservador que intensifica progressivamente a política neoliberal com um governo claramente favorável aos moldes do capital. São tempos de privatização extrema e aniquilação de direitos. São tempos de obscuridade marcados por uma significativa volta ao conservadorismo em prol dos interesses hegemônicos do capital financeiro. (IAMAMOTO, 2019)

Dessa forma, as transformações sócio-históricas permeiam o cotidiano da prática profissional, impactando tanto as circunstâncias e interações de trabalho do Assistente Social, que atua como um assalariado muitas vezes a serviço das demandas do capital, quanto as condições de vida da população em um cenário de retrocesso e de redução de direitos.

Frente a essas problemáticas, torna-se de suma importância promover a análise dos obstáculos contemporâneos e fomentar reflexões acerca da prática, com o intuito de identificar estratégias que viabilizem a construção de processos emancipatórios, alinhados com o Código de Ética e o Projeto Ético-Político Profissional. Nesse sentido. Machado, Silva e Tolentino (2019) reforçam que, através da Educação Popular, é possível desenvolver uma prática mais crítica e democrática, que reafirme o conhecimento popular e colabore com os sujeitos na construção de alternativas críticas de intervenção. Isso fortalece as dimensões teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa da atuação profissional.

A pesquisa aqui desenvolvida permitiu identificar a discussão referente a presença da Educação Popular no Serviço Social brasileiro, e, que, apesar de não ser um tema predominante na literatura da profissão, pôde-se observar que ainda de maneira incipiente, essa abordagem tem gradualmente permeado as discussões no âmbito do Serviço Social.

Diante do exposto podemos observar que, a maioria dos artigos aqui selecionados foram produzidos por mulheres, seja no formato individual ou coletivo, totalizando 13 (treze) publicações. A recorrência do tema nos anais das três últimas edições do CBAS se mostrou incipiente, tendo em vista o universo

de 4.826 (quatro mil oitocentos e vinte e seis) trabalhos publicados com temáticas outras que não contemplam a discussão entre o Serviço Social e a Educação Popular. Desse total de produções, a maioria foram publicadas no ano de 2022 (última edição do congresso), mostrando um “despertar” da profissão para a temática aqui abordada. Doze trabalhos foram publicados com colaboração de mais de um autor e sete de forma individual.

As produções evidenciam discussões que estão alinhadas com as prerrogativas das dimensões ético-política, teórico-metodológica e técnico-operativa do Serviço Social, como já foi pontuado ao longo deste trabalho. Os autores em questão são profissionais que, em suas reflexões nas diversas áreas de atuação, ressaltam a importância da Educação Popular e seu potencial para promover uma prática profissional crítica, superando as tendências conservadoras que representam uma ameaça à profissão.

Ainda, é importante destacar que a educação popular não é um fim em si mesma, mas sim um meio para a transformação social, ao criar condições para que as classes populares se tornem sujeitos ativos e conscientes de sua realidade, capazes de promover mudanças em suas próprias vidas e na sociedade como um todo.

Diante dos desafios e das desigualdades presentes na sociedade, a educação popular se apresenta como uma abordagem fundamental para a construção de um projeto emancipatório, que valoriza a participação, a igualdade e a justiça social. É uma ferramenta poderosa para a superação das opressões e para a construção de uma sociedade mais democrática e solidária.

REFERÊNCIAS

ABREU, Marina Maciel. **Serviço Social e a organização da cultura:** perfis pedagógicos da prática profissional. São Paulo: Cortez, 2002.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.

BOGO, Tainan Cristina de Araujo. **Serviço social e educação popular: um estudo sobre as possibilidades de uma prática profissional emancipatória**. Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais. Olinda, 2016.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **Educação popular**. São Paulo: Brasiliense. Coleção Primeiros Passos, 1984.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O que é educação**. São Paulo: Brasiliense. Coleção Primeiros Passos, 28ª ed., 1993.

BRASIL. **Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Serviço Social**. Brasília: MEC/CNE, 2014.

CFESS. Conselho Federal de Serviço Social. **Subsídios para a Atuação de Assistentes Sociais na Política de Educação**. 2012.

DENZIN, Norman; LINCOLN, Yvonna. **Introdução: a disciplina e a prática da pesquisa qualitativa**. *In*: DENZIN, N. K. e LINCOLN, Y. S. (Orgs.). O planejamento da pesquisa qualitativa: teorias e abordagens. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2006. p. 15-41.

FALEIROS, Vicente de Paula. **Reconceituação do Serviço Social no Brasil:** uma questão em movimento? Serviço Social & Sociedade, São Paulo, n. 84. p. 21-36, 2005.

FERREIRA, Adriana Amaral. **Educação popular, serviço social e extensão universitária: relato de experiência de trabalho com comunidades e movimentos sociais.** Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais. Brasília, 2019.

FREIRE, Paulo. **Medo e ousadia: o cotidiano do professor**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

FREIRE, Paulo. **Conscientização: teoria e prática da** libertação — uma introdução ao pensamento sobre Educação Popular. São Paulo: Centauro, 2001.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia:** saberes necessários à prática educativa. 25. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da esperança:** um reencontro com a Pedagogia do Oprimido. São Paulo: Paz e Terra, 1992.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

FREIRE, Paulo. **Política e Educação**. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

FREIRE, Paulo. **Política e educação: Ensaios**. 5ª Ed. Coleção Questões de Nossa Época; v.23. São Paulo: Cortez, 2001.

FREIRE, Paulo; NOGUEIRA, Adriano. **Que fazer:** teoria e prática em educação popular. Petrópolis: Vozes,1988.

FREIRE. Paulo. **Educação como prática da liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

GOUVÊA, Maria das Graças. **Educação Popular junto aos Movimentos Sociais**, Doutorado/PUC. São Paulo, 1997.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. Renovação do Serviço Social no Brasil e desafios contemporâneos. *In*: **Revista Serviço Social e Sociedade**. São Paulo: Cortez, 2019.

IAMAMOTO, Marilda Vilela; CARVALHO, Raul de. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil:** Esboço de uma interpretação histórico-metodológica. São Paulo: Cortez Editora, 2014.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **Serviço Social em tempo de capital fetiche:** capital financeiro, trabalho e questão social. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

JUNIOR, Laércio Santos. **Ensino remoto emergencial:** inovação ou uma nova educação “bancária”? Paulo Freire antes que seja tarde. 1. ed. São Paulo, 2022.

LIMA, Telma Cristiane Sasso. **As ações sócio-educativas e o projeto ético político do Serviço Social:** tendências da produção bibliográfica. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Santa Catarina, 2006.

Loureiro, Geovana Lucia Batista. **A concepção de educação popular em diálogo com o serviço social:** fortalecimento do compromisso ético-político, no horizonte da emancipação humana. Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais. 2022.

MACHADO, Aline Maria Batista. A relevância da educação popular para o serviço social. *In*: **Revista Educação Unisinos**. São Leopoldo: 2013, p.123-136.

MACHADO, Aline Maria Batista; PEDROSA, Francisca Ferreira De Souza; ALVES, Franciele Lourenço. Educação Popular na Pós-Graduação brasileira: um estudo das áreas de Serviço Social e Educação (2000-2010). **Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais**. 2022.

MACHADO, Aline Maria Batista; SANTOS, Ana Carla; SOARES, Elailla Andrius. Serviço Social e educação popular: um recorte dos estudos produzidos no período de 1980-2010 no Brasil. **Textos & Contextos**, v. 13, n. 2, p. 337 - 354, jul./dez. Porto Alegre, 2014.

MACHADO, Aline Maria. Serviço Social e educação popular: diálogos possíveis a partir de uma perspectiva crítica. *In:* **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, Cortez, 2012.

MACHADO, Aline Maria.; SILVA, Andêa Melo; TOLENTINO, Graziela Mônica. Paulo Freire e a educação popular na história do Serviço Social brasileiro (1980-2010). *In*: **Revista Serviço Social e Sociedade**, n. 134. São Paulo: Cortez, 2019, p. 70-87.

MARTINS, Eliana Bolorino Canteiro. **Educação e Serviço Social**: elo para a construção da cidadania. São Paulo: Editora Unesp, 2012; 2014.

MÉSZÁROS, István. **A Educação para Além do Capital**. 2 ed. São Paulo: Boitempo, 2008.

MIOTO, Regina Célia. **Orientação e acompanhamento social a indivíduos, grupos e famílias. Serviço Social**: direitos sociais e competências profissionais. Brasília: CFESS/Abepss, 2009.

MONTAÑO, Carlos Eduardo. **O serviço social frente ao neoliberalismo mudanças na sua base de sustentação funcional-ocupacional.** Rio de Janeiro, 2007.

MONTEIRO, Jessica Oliveira. **Serviço social e educação popular:** enlace para uma potente disputa por uma orientação profissional crítica. Anais do 16º Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social. Espírito Santo, 2018.

MOTA, Ana Elizabete; RODRIGUES, Mavi. Legado do Congresso da Virada em tempos de conservadorismo reacionário. **Rev. katálysis**, Florianópolis, v. 23, n. 2, p. 199-212, Ago. 2020.

NETTO, José Paulo. **Ditadura e Serviço Social:** uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64. 5ª Ed. São Paulo: Cortez, 2001.

NEVES, Julia. **A educação popular é importante porque reconhece as condições de vida, atua a partir da realidade, promove e organiza redes de apoio social que, neste momento, são fundamentais**. EPSJV/Fiocruz. Rio de Janeiro, 2020.

OLIVEIRA, Ana Cristina. **Assessoria Técnica, Educação popular e Serviço Social:** ações educativas e formativas no Fórum de Luta por Moradia. Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais. 2022.

OLIVEIRA, Soraya Maranhão P. **Reflexões sobre a dimensão socioeducativa do trabalho do/a assistente social no CRAS de Guaxupé/MG:** o olhar do usuário. 2017. 183 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Universidade Estadual Paulista. Franca, 2017.

PAES, Carolina Nascimento; SILVA, Marcela Mary José. Serviço Social e Educação Popular: considerações acerca de um projeto de pesquisa na comunidade do Morumbi - Cachoeira/BA. **Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais.** Olinda, 2016.

PINI, Francisca Rodrigues de Oliveira; SILVA, Natália Caetano. Trabalho profissional e sujeitos políticos: A contribuição da educação popular na gestão da política de assistência social. **Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais**. Olinda, 2016.

RICHARDSON, Roberto Jarry. **Pesquisa Social - Métodos e Técnicas**. 3ª edição. São Paulo, Atlas, 2008.

SANTOS, Francine Helfreich Coutinho. Considerações sobre a educação popular e o Serviço social: um diálogo com os pressupostos freirianos. **Movimento-Revista de Educação**, Niterói, ano 4, n.7, p.303-325, jul./dez. 2017.

SANTOS, Jose Filho Araujo; SOUSA, Maria Leivanete Ferreira; FERNANDES, Raimunda Creulane Ferreira. Serviço social, educação popular e do campo: uma interlocução necessária na materialização do projeto ético-político. **Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais**. Olinda, 2016.

SCHEFFER, Graziela. Pedaços do tempo: legado de Paulo Freire no Serviço Social. **Textos e Contextos**, Porto Alegre, v. 12, n. 1, 2013.

SILVA, Andressa; FOSSÁ, Maria Ivete. Análise de Conteúdo: exemplo de aplicação da técnica para análise de dados qualitativos. **Qualitas Revista Eletrônica**, Campina Grande, v. 16, n. 2, p. 01-14, jan./jun. 2015.

SILVA, Maria Ozamira. Esforço de construção de um projeto profissional a partir da ruptura. *In*: SILVA, M. O. S. (Coord.). **O Serviço Social e o popular:** resgate teórico-metodológico do projeto profissional de ruptura. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

SILVA, Maria Ozamira. **O Serviço Social e o Popular:** resgate teóricometodológico do projeto profissional de ruptura. 6ª Ed. São Paulo: Cortez, 2009.

SOARES, Vanessa Santana; PEDROSA, Francisca Ferreira de Souza; ALVES, Franciele Lourenço; ATAIDE, Fábia Vanessa Fernandes da Silva. A influência de Paulo Freire no movimento de reconceituação do serviço social: História e Memória. **Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais**. 2022.

TEIXEIRA, Joaquina Barata; BRAZ, Marcelo. O projeto ético-político do Serviço Social. *In*: **Serviço Social:** direitos e competências profissionais**.** Brasília: CFESS, 2009.

VARGAS, Tatiane Moreira. **Serviço social e educação popular:** caminhos que se cruzam na direção de processos emancipatórios**.** Porto Alegre, 2014.

VIEIRA, M. M. F. e ZOUAIN, D. M. **Pesquisa qualitativa em administração**: teoria e prática. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

APÊNDICE - ROTEIRO USADO NA PESQUISA BIBLIOGRÁFICA

- Edição, ano e título;
- Autor;
- Quais obras de Paulo Freire são citadas no texto?
- Quais os três autores mais citados no texto?
- Quais as diferentes concepções/abordagens da Educação Popular presentes nas produções do Serviço Social?
- Dentre as produções localizadas, existe algum autor no Serviço Social que serve de referência para os demais?
- Quais as contribuições que a Educação Popular trouxe para o Serviço Social?
- O trabalho em questão aborda os espaços sócio-ocupacionais de Assistentes Sociais que utilizam a metodologia da Educação Popular nas suas intervenções profissionais?
- Quais perspectiva teóricas fundamentam o trabalho em questão?
- O trabalho em questão é resultado de pesquisa, de experiência prática...?